



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 09-03-2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Tumulto
- Falha na transmissão

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Declaro abertos os trabalhos da 2ª Audiência Semipresencial desta Comissão do ano de 2023, que tem como objetivo debater a “Gestão compartilhada das Casas de Cultura”.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo através do endereço: www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online, e também pelo Youtube e Facebook da Câmara Municipal de São Paulo. O convite para essa audiência está sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade* desde o dia 28/02/2023.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde o dia 28/02/23, no endereço: www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual.

Foram convidados para esta audiência: a Sra. Aline Nascimento Barroso Torres, Secretária Municipal de Cultura, que teve presença confirmada pelo *e-mail* no dia 02/03/2023 e já se faz presente; o Secretário Adjunto Bruno Santos; Sr. Fabrício Cobra Arbex, Secretário Municipal da Casa Civil, que disse que chegará entre às 13h e 14h, porque ele tinha um compromisso até às 12h. Eu disse a ele que poderia chegar nesse horário, que não haveria prejuízo e que a presença dele é muito importante.

Também estão presentes os Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo: Sr. Isac Felix, Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento e Presidente da Subcomissão de Juventude, de forma presencial. Convido para compor a Mesa: o Vereador George Hato, que também está presente; Vereador Xexéu Tripoli; Vereador Rubinho Nunes, Presidente da Comissão de Política Urbana; a nossa querida e futura Vereadora, Luna Zarattini, que representa as mulheres e a quem peço uma salva de palmas. (Palmas)

Registro a presença da Vereadora Cris Monteiro. Salve, Vereadora. Registro a presença dos Vereadores: Eduardo Suplicy, Marcelo Messias, Professor Toninho Vespoli e Sandra Santana, todos de forma *on-line*.

Eu não sei se haverá exposição ou somente uma fala por parte da Secretária, se tivesse alguém para me informar. Haverá uma apresentação.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas e permanecerão abertas até o final da exposição e fala da Secretária Aline Torres. Cada orador terá três minutos para cada intervenção. Não sei quantas inscrições já temos.

Convido, para me ajudar na presidência, a Vereadora Elaine do Quilombo Periférico, que foi proponente e depois nos deixou na Comissão, a quem peço uma salva de palmas.
(Palmas)

O requerimento foi proposto pela Vereadora Elaine, no ano passado, quando ela ainda era membro desta Comissão. Como ela foi para outra Comissão, eu reafirmei o requerimento com a coautoria da Vereadora Elaine.

O Líder do Governo, Fabio Riva, comunicou que a Secretária já vai chegar. Nós instalamos, dentro da Comissão de Finanças e Orçamento, duas Subcomissões: a Subcomissão da Tarifa Zero; e a Subcomissão de Juventude, da qual o nosso querido Vereador Isac Felix foi eleito Presidente, que nos dará a informação sobre a próxima reunião.

Tem a palavra o nobre Vereador Isac Felix.

O SR. ISAC FELIX – Bom dia a todos.

Sejam todos bem-vindos a Câmara Municipal de São Paulo, onde nós discutimos todos os problemas da cidade de São Paulo e esse tema muito importante para a cidade de São Paulo, principalmente para a área da cultura.

Quero cumprimentar o Presidente da Casa, Vereador Xexéu Tripoli; Vereador George Hato, Vereadora Cris Monteiro, sempre presente Vereador Jair, parceiro e amigo nosso da zona Sul, da nossa quebrada do Grajaú e Capão Redondo; grande Vereadora Elaine, que fez um excelente trabalho na Subcomissão de Cultura do ano passado, onde se destacou bastante, se esforçou bastante para melhorar a cidade de São Paulo. Cumprimento a Vereadora Luna – que Deus a abençoe, seja bem-vinda – o Vereador Rubinho Nunes e os demais presentes.

Sr. Presidente, só quero comunicar que no dia 15 de março, às 10h, haverá a primeira reunião da Subcomissão da Juventude, nesta Casa, que nós da Comissão de Finanças criamos para tratar de assunto referente à juventude, aos projetos que chegam para a cidade de São

Paulo. A nossa juventude precisa de cultura, esporte. Nós vamos discutir vários assuntos referentes à nossa juventude e é muito importante ter políticas públicas para cuidar da juventude, mas que não fiquem só no papel, que funcionem.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereador Isac Felix. Estão presentes os Vereadores Paulo Frange e Eliseu Gabriel, de forma *on-line*.

O Secretário Fabrício Cobra chegou antes do combinado – agradeço a presença. Também está conosco a Secretária de Cultura do Município, Aline Torres, a quem cumprimento.

Temos, em mãos, um manifesto do Fórum da Cultura. Peço que seja protocolado.

Registro a presença do nobre Vereador Rodrigo Goulart, a quem convido para compor a Mesa.

Tem a palavra a nobre Vereadora Elaine do Quilombo Periférico, para uma saudação.

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO – Bom dia a todos, todas e todes.

Só queria fazer uma saudação inicial e agradecer a presença de todos, ao Presidente Jair Tatto. Mesmo eu não estando mais na Comissão de Finanças, conseguimos seguir com o nosso requerimento, que era muito importante. E quero agradecer também a surpresa presença dos Vereadores. Acho que é a primeira vez que temos a presença de tantos Vereadores. Isso mostra como a presença da Secretária Aline Torres é tão importante para esta Casa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Está presente o Vereador Celso Giannazi, a quem convido para compor a Mesa.

A gente fez uma chamada para a audiência pública bem *light*, constando “o compartilhamento”. Mas devo dizer que nós vamos discutir, vamos tratar e ouvi-los sobre a possibilidade de terceirização das Casas de Cultura.

Na verdade, nós chamamos os senhores para entender direito. Eu não sei qual é o nome correto, se é compartilhamento ou cogestão – por isso que temos de fazer um debate. Agradeço a Secretária que, das quatro datas, imediatamente sugeriu a primeira data proposta

para a audiência.

Agora, o Vereador Professor Toninho Vespoli está presente de forma presencial, não mais *on-line*, como eu havia anunciado. Venha compor a Mesa, nobre Vereador. Muito nos honra tamanha presença de todos Vereadores e Vereadoras.

O SR. DR. SIDNEY CRUZ – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o nobre Vereador Dr. Sidney Cruz.

O SR. DR. SIDNEY CRUZ – Quero, rapidamente, cumprimentar V.Exa. Bom dia, Secretária Aline Torres e todos os presentes.

Estou acompanhando de forma virtual. Uma boa audiência para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Consta que ele voltará à Comissão de Finanças e Orçamento.

Tem a palavra a Secretária Aline Torres.

A SRA. ALINE NASCIMENTO BARROSO TORRES – Bom dia.

Bem, hoje nós fomos convocados à Mesa...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. ALINE NASCIMENTO BARROSO TORRES – Foi uma convocação, um convite. Está tudo bem, não há problema. Para fazer a prestação de contas do projeto...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Permita-me. Foi um convite, conforme o regimento.

A SRA. ALINE NASCIMENTO BARROSO TORRES – Foi um convite. Mas a ideia é que a gente faça a apresentação do projeto de Casas de Cultura.

- A oradora passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

A SRA. ALINE NASCIMENTO BARROSO TORRES – As Casas de Cultura, hoje, como é de conhecimento, representam os equipamentos culturais mais distribuídos na periferia da cidade de São Paulo. Elas são geridas a partir de três eixos, ou seja: a programação artístico-cultural – as atividades, os eventos –, a formação e a cessão dos espaços. Hoje, o nosso quadro de funcionários atual é dividido em 17 comissionados, ao total, 42 servidores efetivos, 19

profissionais de limpeza, 40 vigilantes diurnos e 38 vigilantes noturnos.

Como funciona? Nós temos 19 Casas de Cultura – uma em construção, que é a Casa de Cultura Cidade Ademar – e elas são compostas, na sua grande maioria, por: dois ou nenhum servidor público, que é o servidor efetivo; um servidor comissionado, que são os coordenadores; um funcionário de limpeza; dois funcionários de vigilância por turno, que contam também com o apoio de alguns jovens monitores. Esse é o quadro geral de RH das Casas.

O que isso significa? Com o número de colaboradores muito abaixo da necessidade real das Casas, nós temos dificuldades em contratações artísticas, em zeladoria dos espaços, em fazer cessão dos espaços para os grupos e coletivos do território. A vigilância pequena impede que consigamos fazer um zelo de 100%, 24 horas por dia. A falta de técnicos impede a manutenção dos equipamentos – algumas Casas de Cultura nem equipamentos têm. Aí, não conseguimos fazer eventos de grande porte, com maior estrutura, e acabamos não atingindo o real potencial dessas Casas. Então, temos alguns desafios a enfrentar.

Pode passar para o segundo *slide*.

Em relação à manutenção e à conservação dos edifícios, 40% dos atuais gestores avaliam como ruim ou péssima. Na contratação das ações de programação e formação, as Casas têm dificuldade na gestão, não dispõem de técnico de som. Enfim, é isso que eu acabei de explicar: temos pouca variação de atividades ofertadas por conta desse cenário.

E o que estamos propondo para a melhoria desse cenário?

Uma parceria com organizações das sociedades civis, as OSCs, através da MROSC – Lei 13.019/2014, provada e testada pela gestão do PT, com a Presidente Dilma, que hoje é um modelo de sucesso usado em vários segmentos, tanto no Governo Federal, Estadual e Municipal, que se baseia no cumprimento de metas estabelecidas entre o Poder Público e as organizações da sociedade civil.

Temos um modelo de grande sucesso na Secretaria de Estado da Cultura, que são as Fábricas de Cultura. E dentro da nossa casa, na Secretaria Municipal de Cultura, temos o Programa Jovem Monitor Cultural, a EMIA, que é nesse mesmo formato. E isso somente foi

possível fazer, porque existe esse formato de gestão compartilhada. E aí, conseguimos, nos últimos anos, fazer a expansão da EMIA.

EMIA é Escola Municipal de Iniciação Artística, que antes havia somente na zona Sul, no Jabaquara; e, hoje, nós já temos na Brasilândia, na Chácara do Jockey, e temos uma em construção em Parelheiros.

A Administração Pública, sozinha, tem dificuldade de agilidade nesse processo. É por isso que usamos leis que baseiam isso de maneira bem lícita.

Bem, e quais são as garantias que teremos com a gestão compartilhada? Acesso gratuito a todas as pessoas – as Casas de Cultura continuam públicas e abertas – e todos os programas serão preservados – programas de formação, *Circuito Municipal de Cultura, Mês do hip hop*. Tudo que já acontece, hoje, será mantido – a diferença é que iremos aumentar a programação.

Teremos uma articulação grande com a comunidade e com grupos culturais para a definição da programação. Toda a tomada de decisão de políticas públicas culturais é definida pela Secretaria de Cultura e as garantias estarão previstas no edital.

Quais são os benefícios disso? Teremos contratos mais ágeis e facilitados; aumento de 50% do investimento mensal por casa; aumento de 10% na carga horária de oficinas, porque vamos conseguir aumentar a grade; garantia da realização de atividades e ações nos espaços; presença de técnico de som em todas as Casas; aquisição de equipamentos e definição do quadro mínimo de funcionários por Casa – teremos, a partir do modelo, um gestor, um articulador territorial, um administrativo, monitor, técnico de som, comunicação, vigilância e limpeza, além do grande aumento de público.

E o que muda, de fato, no dia a dia das Casas? Aumentamos o número do RH, aumentamos o número de oficinas, aumentamos o número de eventos, ou seja, contratamos mais artistas e permitimos a aquisição de novos equipamentos, facilitamos o processo de contratação dos artistas.

Vale fazer um adendo: a Prefeitura da cidade de São Paulo, como todas as outras

Prefeituras do Brasil, está aderindo à nova lei de licitação, e isso nos mostra um cenário de maior dificuldade para atingir o nosso objetivo de política pública principal – fomentar a cultura da periferia, contratar artistas periféricos.

Cada vez menos, nós estamos conseguindo contratar esses artistas por conta da documentação que é exigida na lei. Se antes já era complexo, agora, com a nova lei, ficou mais difícil. E a parceria possibilita que a OSC contrate diretamente os artistas, diminuindo a nossa burocracia da Administração Pública; porém, a curadoria, a formulação de políticas públicas, continua sendo da Secretaria de Cultura.

Apresentamos um modelo que facilita e abre mais para a comunidade, para a periferia, para que ocupem cada vez mais esse espaço. Se antes, dentro das Casas de Cultura, somente conseguíamos contratar grupos específicos, e sempre os mesmos, agora, podemos continuar contratando os mesmos, mas abrir mais para os outros. A ideia é contratar e fazer mais formulação de política pública na periferia.

E quais são as atribuições da OSC? O primeiro item é a gestão predial, essencialmente, serviço de manutenção e segurança das instalações prediais; gestão operacional de apoio; serviço de segurança, limpeza, portaria, zeladoria, manutenção das áreas ajardinadas.

Hoje, Vereador Riva, quando temos um problema de manutenção em uma Casa de Cultura – o senhor conhece bem o fluxo da Administração Pública –, como uma porta ou uma janela quebrada, uma quebra do piso do palco – para as que têm palco, nós demoramos, no mínimo, três meses para fazer o processo de licitação.

Um terceiro grande item de atribuição desta OSC é a democratização das atividades culturais: diretamente, ou por meio de terceiros, faremos com que a programação continue sendo aprovada pela Secretaria, mas incluímos a gestão desses espaços nos equipamentos como um todo.

O quarto item é a gestão dos meios de comunicação das Casas de Cultura: contratação de um assistente de comunicação, que hoje não tem; e de um articulador de

programação territorial, para realização de ampla divulgação das atividades culturais.

Está previsto em edital que a OSC tenha algumas obrigações. É uma grande obrigação é contratar pessoas do território, justamente para que consigamos fazer com que esta Casa de Cultura tenha uma divulgação real no bairro.

Muitas vezes – e, por sinal, recebemos isso como reclamação –, os artistas que participam da casa têm dificuldade de divulgação. Isso porque fazemos a divulgação no Instagram da Secretaria de Cultura, que é macro, mas não chega em M'Boi Mirim, Parelheiros, não chega na ponta – então, teremos um articulador territorial para fazer essas ligações no bairro.

Isso também faz com que tenhamos uma grande frequência de público nas Casas de Cultura por ano. A expectativa é de que, em cinco anos, o público total de frequentadores das Casas de Cultura aumente em 75%. Vocês podem visualizar a crescente do gráfico.

“Mas essas OSCs são grandes, Secretária. São capitalistas, são da igreja”. Não, pelo contrário. Fizemos uma pesquisa, um estudo, para identificar quantas organizações da sociedade civil existem em cada macrorregião. A ideia é, além de tudo, fortalecer os pequenos. E isso está previsto em edital.

Quanto a essas informações que foram faladas por aí – e, tudo bem, entendemos a falta de conhecimento do edital –, mas lendo o edital como um todo, conseguimos identificar que não existe a palavra “igreja”; pelo contrário, o edital está formulado para que sejam entidades menores.

E como está sendo feita a proposta?

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Aguarde um pouquinho, por gentileza. Não ao pela ordem de V.Exa. já seria a minha atitude, Líder do Governo.

O SR. FABIO RIVA – Obrigado, Presidente Jair.

O SR. ISAC FELIX – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não, a palavra está comigo.

Eu vou me dirigir a vocês: tenham paciência para ouvir a Secretária. As

manifestações poderão ocorrer ao final de casa fala.

Vamos estabelecer um acordo de ouro: não vamos interromper nem a Secretária, nem Vereadores e, especialmente, nenhum de vocês. Quando vocês estiverem falando, eu também não permitirei que os interrompam. O.K? Fechou?

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado.

A SRA. ALINE NASCIMENTO BARROSO TORRES – A proposta, segundo o edital, é pela divisão em cinco blocos:

Território Zona Leste 1 – Casa de Cultura Itaim Paulista, Casa de Cultura São Mateus, Casa de Cultura *hip hop* Leste e Casa de Cultura São Miguel;

Território Zona Leste 2 – Casa de Cultura São Rafael, Casa de Cultura Guaianases e a Casa de Cultura Raul Seixas;

Território Zona Norte – Casa de Cultura Vila Guilherme, Casa de Cultura Freguesia do Ó, Casa de Cultura Brasilândia e Casa de Cultura Tremembé;

Território Zona Oeste – Casa de Cultura Campo Limpo, Casa de Cultura do M'Boi Mirim, Casa de Cultura Butantã e Casa de Cultura Parelheiros;

Território Zona Sul – Casa de Cultura Júlio Guerra, Casa de Cultura *hip hop* Sul, Casa de Cultura Cidade Ademar e Casa de Cultura Ipiranga.

Reforçando: cada bloco tem como atribuição fazer a gestão predial das Casas, toda e qualquer manutenção do espaço, fazer a gestão dos contratos de limpeza, de segurança e zeladoria como um todo.

Para finalizar, um dado de fundamental importância: investimento.

O valor investido nas Casas de Cultura no ano de 2022 foi de 23 milhões de reais. Com o novo modelo, o investimento passa a ser de 33 milhões de reais por ano. A média de investimento mensal por Casa aumenta de 30 mil reais para 45 mil reais, por mês, para cada casa. Isso significa mais dinheiro para equipamentos da ponta, para equipamentos da periferia, para que consigamos, de fato, contratar mais artistas.

A apresentação está encerrada.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Secretária.

Anuncio a presença dos Vereadores Thammy Miranda, Coronel Salles; de forma *on-line*, o Vereador Rinaldi Digilio, membro da Comissão de Orçamento e Finanças, e a Vereadora Sandra Santana.

Encerradas as inscrições virtuais.

Tem a palavra a Sra. Caroline Albuquerque, Subcentro (Pausa). Está ausente. Tem a palavra a Sra. Olivia de Lucas Ferreira, da SOS Casas de Cultura. (Pausa).

A SRA. OLIVIA DE LUCAS FERREIRA – Sou eu.

Para desvirtuar a realidade, para atender interesses da gestão, não apenas Ricardo Nunes, como todos os Prefeitos que já passaram e passarão pela cidade de São Paulo, devem entender que os projetos e equipamentos do Brás devem ser tratados como política pública de Estado.

As Casas de Cultura de São Paulo existem há mais de 30 anos. Já foram da Secretaria Municipal de Cultura; depois, foram para a Subprefeitura; e, depois, voltaram para a Secretaria [de Cultura]. Entra gestão, sai gestão, fica essa maluquice e ninguém se dá conta do que tem que ser feito de verdade. E é uma decisão da gestão terceirizar as Casas de Cultura, para se eximir do que ela deve fazer. Isso tem que parar.

As pessoas que não mudam, que sempre vão estar lá, são os frequentadores, são os artistas, são as pessoas que estão na plateia, a audiência, que estão lutando pelas Casas de Cultura e são contra esse projeto.

Pode chamar de cogestão, Sra. Aline, pode chamar de terceirização, pode chamar de parceria, mas é uma forma de usar o MROSC – de organizações sociais – para terceirizar, sim, o serviço, que é de responsabilidade da Prefeitura, que é de responsabilidade da Secretaria fazer com os funcionários.

Vocês perderam, nos últimos dez anos, 40% do funcionalismo público dentro da

Secretaria. Há mais de dez anos, não tem concurso público para contratar funcionário. E como você quer fazer licitação e compra sem funcionário?

Existem gestores que cuidam de 50 projetos de fomento – um funcionário sobrecarregado. Ninguém consegue trabalhar assim. E, aí, você quer falar que isso tem a ver com o formato de contratação. Não é formato de contratação, é desmonte que existe na Secretaria de Cultura. Onde estão os conselhos deliberativos?

A senhora veio falar conosco, agora, por conta de todo o alarde que estamos fazendo. Estamos pedindo há um ano esse estudo que a senhora está apresentando hoje, já que não tivemos acesso a essas informações para poder avaliar e discutir.

Queremos fazer esse discurso amplamente, em audiência, como está acontecendo agora, e não dentro de balcão, com algumas pessoas do movimento da Cultura que a senhora julga serem pertinentes para serem ouvidas. Tem que ouvir todos – nós, incluídos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Olivia.

O.K, manifestação feita.

Tem a palavra a Sra. Thais Martins. (Pausa). Está ausente. Tem a palavra o Sr. André Oficineiro. (Pausa). Está ausente. Tem a palavra o Sr. Fernando Santos Guimarães. (Pausa). Está ausente. Tem a palavra a Sra. Rafaela Moreira de Freitas. (Pausa). Está ausente. Tem a palavra a Sra. Ana Carolina de Souza Rodrigues, da UNAERP. (Pausa). Está ausente. Tem a palavra o Sr. Rafael Santiago, da Zona Sul Produções. (Pausa). Está ausente. Tem a palavra a Sra. Bárbara Santos, da Feira Cultura Reggae. Vamos seguir o critério.

Bárbara, eu fiz o teste para terminar a lista *on-line*. Aguarde três minutos, que eu vou chamar de forma presencial.

Tem a palavra o Sr. João Gabriel Buonavita, do Sindsep, rigorosamente por três minutos.

O SR. JOÃO GABRIEL BUONAVITA – Bom, primeiro, bom dia a todos e a todas. Quero agradecer a esta Casa por finalmente colocar o debate no lugar correto.

Começamos esse processo de discussão pelo caminho inverso: essa discussão deve

ser feita com o povo, com os representantes desta Casa, com a sociedade civil, com os territórios e os movimentos; e, agora, estamos vendo que estamos falando de um edital que sequer é de conhecimento público na cidade de São Paulo.

O número baixo de colaboradores, como a Sra. Secretária coloca – estamos falando trabalhadores –, se deve ao fato de a cidade estar há mais de 20 anos sem realizar concursos públicos para repor servidores nas Casas de Cultura. E, hoje, se falta corpo técnico, é porque nenhuma das administrações anteriores reconheceu o papel que as Casas de Cultura exercem nas regiões periféricas desta cidade e o potencial que elas oferecem para o desenvolvimento cultural e humano na cidade de São Paulo.

A terceirização, Sra. Secretária, pode até ser rápida para contratar, mas ela é muito mais rápida para demitir, precarizar, cortar salários, para atrasar benefícios.

- Manifestação do público.

O SR. JOÃO GABRIEL BUONAVITA – E se o parâmetro é MROSC, Sra. Secretária, eu vou convidá-la para abrir essa discussão com o Secretário Fabricio Cobra, para que estudemos a situação do MROSC na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Hoje, Secretária, o passivo de MROSC, o atraso nas prestações de contas, é de três anos. Nós temos processo em atraso, em SMADS, há três anos – dinheiro retido em conta de OSC sem prestação, sem fiscalização –, porque sequer há servidores em número suficiente para que o MROSC possa ser executado.

Então, isso que nós vemos hoje a situação de caos; hoje, nenhum cidadão que pisar em uma unidade de assistência social para requisitar o novo Bolsa Família vai ter. Sabe por quê, Sra. Secretária? Porque os salários dos trabalhadores contratados estão atrasados há dois meses; hoje, eles estão em greve.

Esse dinheiro foi repassado, mas não temos servidor nem para executar o MROSC. E se o parâmetro é a terceirização, vamos discutir o que aconteceu com o Theatro Municipal da cidade de São Paulo. (Palmas) A gente falou na terceirização do Theatro Municipal, em garantia de acesso à população e, cada dia mais, esse equipamento está sendo restrito... nós queremos

concurso público já.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra, de forma *on-line*, a Bárbara.

A SRA. BÁRBARA SANTOS – Bom, como a gente já sabe... (inaudível) a Secretaria representada pela Aline, sendo chamada às pressas e às escuras, em 02 de dezembro de 2022, para que essas organizações da sociedade civil concorressem na administração das Casas de Cultura, ou seja, serão repassados para essas organizações, mais ou menos, 170 milhões em cinco anos. O que vemos escancarado é o desmonte dos serviços públicos para a comunidade, ou seja, não só na Cultura quanto na Saúde e Educação.

Esse modelo foi implementado nas Fábricas de Cultura, como a própria Secretária trouxe, mas, além do aumento da precarização, essas entidades privadas não dialogam com a comunidade. Nós conhecemos bem essa drenagem do dinheiro público para o setor privado, como em 2020, o desvio de verbas das creches que estavam nas mãos dessas organizações.

Então, precisamos imediatamente para salvarmos as nossas Casas de Cultura é, sim, o concurso público. Temos jovens, pessoas, já se preparando para isso. Então, por favor, deem a César o que é de César e devolvam o que é nosso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Bárbara.

Gustavo Xavier.

O SR. GUSTAVO XAVIER – Salve a todas e todos, principalmente, aos trabalhadores da Cultura.

Mais uma vez, infelizmente, não é de cunho pessoal, mas a Secretária traz meias verdades – sempre faltando com algum ponto que realmente está acontecendo. As Casas de Cultura – realmente, é uma verdade que está faltando funcionário –, só que o que está acontecendo é uma precarização do serviço público de anos. Não há concurso público. Como a companheira Bárbara falou, eu já tentei levar o meu projeto artístico para a Fábrica de Cultura que hoje é administrada por OS e não pude. Não há abertura para cultura periférica quando a administração é privatizada. Não há, porque há o interesse de levar cultura tradicional e globalizada para rincões culturais. Isso acontece na Fábrica de Cultura da Brasilândia – citando

o bairro – lá, não pode entrar *funk*, olha que é um bairro completamente *funkeiro*.

Quando vêm com essa proposta, ainda falam que a gente não conhece o edital. Isso é tão baixo, porque a gente está querendo ler esse edital há, pelo menos, oito meses; a gente está buscando diálogo e protocolou várias cartas na Secretaria pedindo abertura para conversar; quem foge ao diálogo é a Secretaria de Cultura, que nunca nos recebeu para falar disso. Houve uma audiência pública no mês de outubro sobre o mesmo tema. Eu estava lá pessoalmente, a Secretária não estava. Isso tudo é uma precarização proposital, largar as Casas nas mãos de pessoas que não são contratadas, nem são técnicos, para justificar privatização. Essa precarização foi construída pela Secretaria de Cultura.

Concurso público, já. Não só para a Cultura. Concurso público em todas as áreas do município porque estamos em um desmonte do Estado. (Palmas)

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Flávia Pires; depois, Eleutéria.

A SRA. FLÁVIA PIRES – Primeiro, bom dia, Tatto, Secretária Aline, Elaine que nos abandonou – estou me sentindo uma filha abandonada.

Aline, eu queria conversar de forma cordial para entender, porque a gente já tem a lei de criação das Casas de Cultura feita pela Erundina. Na própria lei, está atribuída uma gestão das Casas de Cultura. Só que é uma gestão através de pessoas concursadas, de servidores.

Hoje, você mencionou a questão do jovem monitor, que está fazendo papel de técnico nas Casas de Cultura. O jovem monitor não tem capacidade técnica para ser gestor de Casa de Cultura, para ser técnico de som e tudo o mais. Então, ela acaba não cumprindo o papel.

Agora, se você tem uma Secretaria de Turismo – uma sugestão: você começar a entender como o Turismo trabalha e, de repente, você traz isso para a Cultura. No Turismo, você tem, sim, uma previsão de contratação de servidores públicos por lei. Até o Tatto falou que a gente deveria ter uma lei de contratação de servidores públicos.

Por que em vez desse edital, vocês não propõem com a Câmara o fomento de uma lei de contratação de servidores públicos que incluam os técnicos? Eu soube que a Secretaria

não está conseguindo fazer nem prestação de contas. Ela está fazendo três prestações de contas por dia para os projetos culturais.

Por que em vez de você fazer tudo isso que está gerando um mal-estar – a gente percebe isso, infelizmente – não dialoga com a Câmara e faz uma lei de contratação de servidores públicos; nessa lei, inclui os técnicos de som, gestores e tudo mais?

Faço essa reflexão. Está bom?

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – A última e derradeira, Eleutéria, por três minutos, de forma *on-line*. Em seguida, já pode ficar o Rapper Pirata, Alessandro Azevedo e Lydia Gama.

Eleutéria está falando, e não a ouvimos. Está sem o som. (Pausa)

Eu vou tocando e, assim que tiver som, me avisem e devolvo a palavra.

O SR. RAPPER PIRATA – Na pessoa do Jair Tatto, cumprimento todos os Legisladores. Só faltou o Milton Leite; veio todo mundo no bagulho. É a primeira vez.

Voltando, cumprimento os servidores públicos da Casa da cidade de São Paulo, contra o genocídio da juventude pobre e periférica que continua – o K9 está aí para falar. Cumprimento os cidadãos.

Se a gente não conhece o edital, há gente que não conhece a Constituição – porque, na Constituição, a Cultura é um direito basilar. Ele é pétreo. Pela Constituição, as Casas de Cultura é só uma estrutura para as pessoas terem acesso à cultura. Há uma parada que é muito louca e eu teria vergonha – eu, como um administrador, ganhando 24 contos por mês. Certo? Eu sei os problemas, fui contratado para resolver os problemas, só que eu estou na administração e falo que os problemas – porque minha cabeça é para empresa – quem resolve é empresa; eu, como gestor público, sou incompetente.

E as fotos que apareceram aí... mas eu vou reforçar: de 2017 até 2023, 35 milhões de reais foram para as Casas de Cultura, para gestão de eventos. Eu quero saber quem, da periferia – sem fazer parte dos esquemas do MC30%, porque a gente sabe que rola – participou? Porque a política de *hip hop* está sucateada.

Falam de *hip hop* toda hora e quando mostram a Casa de Cultura, está sucateada. Dois mil e dezessete: 1 milhão 650; 2018: 4 milhões e 400; 2019: 1 milhão 312; 2020: 605 mil reais; 2021: 8 milhões de reais; 2022: 12 milhões de reais; 2023: 20 milhões de reais. Resumo: temos quase 100 milhões de reais investidos nas Casas de Cultura. Muito dinheiro, qualquer empresa tem capacidade com esse dinheiro, mas está sucateada? Onde está o dinheiro? Quem está recebendo o dinheiro? Por que não está executado?

O mais louco: o *hip hop* é muito louco. Vai vir cara do *hip hop* defender. Por que eu estou nessa defesa? Porque as Casas de *hip hop*... a gente é a maior luta para conseguir, para ser um centro de memória, falo de *hip hop* direto, e vai vir cara do *hip hop* defender o Governo, que “na Casa de *hip hop* não acontece”. Eu não faço parte do esquema; eu não faço parte dos amiguinhos, eu não sou legal; aí, “não está contratado”, a periferia tem que ser votada, de verdade.

Como que a gente está na agenda, Aline? Você falou a mesma coisa todos os anos. O que você falou está escrito no Plano de Cultura da cidade de São Paulo. Você sabe dos problemas, mas não consegue resolvê-los. E vai falar que uma empresa vai resolver? Não.

Termino. Vou resumir o que estão fazendo: é pegar uma parte do orçamento público e dar para um grupo “x”. É só isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Pirata. Alessandro Azevedo.

O SR. ALESSANDRO AZEVEDO – Bom dia a todos, todas e todes. Cumprimento esta Mesa e agradeço ao Jair Tatto por convocar esta audiência. Como disse o João, é o início da discussão desse projeto popular.

Agora, esse processo de privatização – eu vou chamar de privatização porque essa coisa de cogestão tem mais cara de indigestão e é uma terceirização – e a gente não pode se esquecer disso. Esse projeto de privatização vem desde 2017 (Palmas). Quem quer fazer gestão pública tem que escutar o povo, a ponta, quem faz uso desses equipamentos públicos que já existem há 30 anos, se lança um edital sem fazer uma consulta pública, sem ter oitiva, sem ter escuta. E o Poder Público que hoje está na gestão pública é um fiasco, um fracasso, assim como

carnaval, com os editais públicos que não pagam – há projetos do forró, por exemplo, que estão atrasados, com gente para receber e não recebe – e a terceirização está vindo e vai nos engolir dessa forma.

É impressionante que quando é para discutir um projeto que tem interesse do Governo, a Casa fica assim: há servidores públicos que funcionam como claque, Vereadores da base do Governo para defender seus interesses, e, quando nós vamos discutir algo que é de interesse dos trabalhadores e trabalhadoras da Cultura, como no período da emergência da pandemia, a Prefeitura de São Paulo não colocou um centavo do bolso. Se não fosse a Lei Aldir Blanc, os trabalhadores da cidade de São Paulo estariam mortos de fome. (Palmas)

E vem falar de terceirização. A gente quer discutir. Pergunte para os trabalhadores e para quem usa, no território, se eles querem terceirização. Não querem. Eles querem conselho gestor, querem implementação do Plano Municipal de Cultura do qual não foi implementada uma linha sequer. A gente quer Conselho Municipal de Cultura deliberativo. A Secretária quer discutir? Não. Encerrou as conversas.

Então, a gente quer trazer a discussão para a Câmara e quer aprofundar essa discussão. Não à privatização. Não a esse edital fajuto. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Tem a palavra, Eleutéria.

A SRA. ELEUTÉRIA AMIRA DA SILVA – Obrigada pelo convite. Eu vim para falar do MROSC. Quero me apresentar, porque eu coordeno uma instituição chamada Casa da Mulher Trabalhadora no Rio de Janeiro e fiz parte do grupo que alcançou a aprovação da lei do MROSC.

Como eu tenho pouco tempo, eu queria falar com respeito à cultura do nosso país e respeito a todos e a todas a que fazem. Mas eu queria dizer o seguinte: não vamos confundir organizações da sociedade civil com OS – porque as organizações da sociedade civil têm autonomia e são organizadas pela população, dependendo da causa. Não vamos confundir. A OS tem interferência direta na gestão, porque ela repassa dinheiro e tem interferência direta naquele tipo de organização.

Eu conheço poucas experiências que têm dado certo nessa parceria, mas conheço

muitas boas experiências da sociedade civil quando executa uma ação que deveria ser do Estado, mas, por “n” razões, naquele momento específico, não como continuidade, poderá fazer uma prestação de serviço.

O MROSC é uma lei que só regula a transferência de recurso público através de editais de fomento e cooperação ou de colaboração, regula como vai fazer essa transferência de recurso, coloca meta e tudo. Ele não acerta os erros que já existem. É só um instrumento jurídico.

Então, por tudo o que foi exposto, não vou entrar na política de cultura de São Paulo, porque no Rio, a gente já tem problemas. Mas eu posso dizer que a lei não é para ser usada se deu certo ou se deu errado, porque em muitos lugares nem se cumpre a lei: o edital amplo, para que a sociedade civil se candidate, mesmo com todos os problemas, terão algumas que sempre serão privilegiadas porque têm mais recursos, capacidade técnica, entendendo capacidade técnica não como incompetência de outras.

Mas eu só queria pontuar e trazer para essa rica discussão: continuem na luta daquilo que vocês acreditam que é o correto. Não utilize uma lei como resultado para resolver o que já não está dando certo.

Desculpe-me, Secretária, mas eu fiquei bem impactada porque você levantou bastante os problemas...

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Eleutéria. Muito obrigado pela contribuição. (Palmas)

Lydia Gama.

Quero anunciar, de forma *on-line*, provavelmente, em Brasília, a Deputada Federal Sâmia Bomfim, acompanhando a nossa audiência pública. Muito obrigado, Deputada.

A SRA. LYDIA GAMA – Bom, primeiramente, licença de chegar. Meu nome é Lydia. Eu sou artesã e uma brincante da cultura popular.

Acho interessante que a Aline chegou com a fala de que ela foi convocada, com toda educação: “não, foi um convite”. Mas foi convocada, sim, porque é a 10ª audiência e ela não

compareceu a nenhuma. Quando aparece, se for para se sentir convocada é importante, porque ela está falando sobre atos da administração, interesse público, e tem que estar em primeiro lugar. Para isso, precisa estar em contato com o público. Então, se for para se sentir convocada, sinta-se convocada em todas as vezes em que nós, artistas, estivermos aqui. (Palmas). Se é para ser assim, que assim seja.

Agora, eu não estou falando para os meus companheiros. Estou falando para o pessoal que chegou com a Aline. Vocês são trabalhadores também e no momento que nós falamos que os serviços públicos estão sucateados, estão para vocês também.

Então, eu compreendo que vocês estão com ela, mas cada um sabe da sua vida, cada um sabe onde o calo aperta e, se na quebrada está faltando coisa, é por conta do Poder Público, que apenas hoje está aqui, também, com exceção aí de Vereadores que estão com os movimentos sociais, com as pautas – são só eles que estão aqui, nunca estão os demais. É importante vocês saberem também, porque na hora que chegar lá, é isso.

Nesse sentido...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O.K, obrigado. Vamos seguindo, concluindo...

A SRA. LYDIA GAMA – Já passou três minutos?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não, mas eu estou acelerando.

A SRA. LYDIA GAMA – Não, não passou. Só mais um momento. Tatto, eu aguardei e eu vou pedir para aguardar.

Referente à MROSC: eu acho que é importante técnicos falarem sobre a MROSC. No momento que é preciso, em dez audiências, a gente saber o que está acontecendo, a Aline Torres ser convocada e trazer meia dúzia de palavras bonitas não é interessante. Vamos colocar o papo de acordo com o que tem que ser conversado. Isso significa que é um debate sério, com pessoas sérias, com técnicos. Então, estamos pedindo, sim, para todos os técnicos sentarem e conversarem para a gente compreender que, de fato, o MROSC não é nada muito “serventil” para ser usado como uma forma de sucateamento de serviços públicos. Então, eu acho que é importante também ter essa compreensão.

E mais uma questão. Para falar sobre artistas, primeiro, precisa falar com os artistas...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Agora sim, deu três minutos.

A SRA. LYDIA GAMA – Não, tudo bem, eu aguardo na próxima. Cris, por favor, aguardamos uma reunião aí, com todo o Legislativo que está de fato comprometido em conversar sobre a situação de São Paulo. Falaremos sobre esse edital, inclusive, que ela teve oportunidade de apresentar e nós não tivemos a oportunidade de debater também.

Muito obrigada, Tatto. Muito obrigada a todos. E Aline Torres, você está convocada nas próximas também. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

Thais Reis. (Pausa). Está ausente. Pedro Galvão. (Pausa). Três minutos, Pedro. E a Rafaela parece que conseguiu se conectar, então, em seguida, a Rafaela.

O SR. PEDRO GALVÃO – Pois não. Eu vou ser breve, para correr rápido o tempo.

Eu acho muito difícil essa posição em que a Sra. Secretária Aline Torres se colocou, onde, no início da apresentação dela, ela traz os detalhes sobre o sucateamento das Casas de Cultura nomeadas por ela mesma. Então, ela mesma indica que existe ausência de técnicos de som, por exemplo. Ela mesma indica que existem mais profissionais fazendo a segurança dos espaços do que atuando para manutenção da cultura nessas localidades.

Então, a verdade é que ela mesma expõe a ineficiência da gestão que está acontecendo nesse momento, só que a resposta que ela dá é de que é preciso entregar esses aparelhos para a iniciativa privada. Ela quer que profissionais da Cultura passem a servos de empresas, que não sejam mais agentes da Cultura. Enfim, ela mesma está nomeando o problema.

Por que ela diz, então, que 50% a mais de recursos vai ser direcionado às Casas de Cultura? Por que ela mostra um gráfico de que mais pessoas atenderão as Casas de Cultura em um futuro que ela está estipulando? Ela mostrou um gráfico começando em 2023. Como é possível ela saber o tanto de pessoas que atenderão as Casas de Cultura?

Por que ela não direciona esses recursos, esses 50% a mais de recursos, que vão ser destinados às Casas de Cultura, para contratação de técnico de som? No próprio edital que ela diz que não houve estudo, e eu sei que houve, podem conversar com o Ney que com certeza está inscrito para falar, aí. Ele fez um estudo detalhado desse edital e ele mostra não só como empresas ou agentes religiosos também são permitidos na execução desse edital, como que vai existir uma verba de implementação dessas OSs.

Quer dizer que, a partir do momento que uma OS ganhar essa licitação, além do dinheiro, dos 50% a mais de recursos que ela vai ter, ela também vai receber dinheiro para comprar mesa de som, para pintar, para consertar o piso, que a Aline disse que muitas dessas Casas de Cultura têm problema no piso, no teto, como realmente têm. Mas se esse recurso vai disponibilizado, por que não é disponibilizado através de concurso público e da efetivação de medidas para melhora desses espaços? (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Pedro. Vereadora Cris Monteiro, três minutos.

Em seguida, Vereador Rubinho Nunes. Os vereadores têm outros afazeres dentro da Casa, então, eu pedi a eles que vão conforme a sua necessidade, suas atividades, vão se inscrevendo. Então, por favor, tenham liberdade de se manifestar. Então, rapidamente, Vereadora Cris Monteiro e Vereador Rubinho Nunes.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Obrigada, Presidente. Queria dar bom dia a todas as pessoas presentes e honrar duas mulheres pretas sentadas nessa Mesa...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Permita-me, Cris. Deputado Fernando Ferrari, venha à Mesa, por favor. Não, não é ele. Assessor, é ele.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Mas é muito deputado (ininteligível) uma eleição fantástica que houve, a gente não tem conhecimento.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos lá, a autoridade tem que ser respeitada,

sim. Vamos ficar tranquilos. Cris Monteiro.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Obrigada.

Então, como dizia antes, duas mulheres pretas, Aline e Elaine, com quem, neste momento da minha vida, eu tenho a honra de dividir a estrada. Parabéns a ambas. E também me solidarizar com a Secretária Aline, que foi vaiada. E diria que nenhuma mulher merece ser vaiada.

- Manifestações na plateia.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Em especial...

- Manifestações na plateia.

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO – Gente, vamos respeitar a Vereadora que está falando, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos ouvir.

A SRA. CRIS MONTEIRO – E nenhuma mulher merece ser interrompida. Afinal de contas, estamos no mês das mulheres.

- Manifestações na plateia.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Um mês que reivindicamos por respeito e estamos sendo desrespeitadas. Mas vamos ao que realmente... não é que interesse mais, mas que interessa.

Bom, primeiro de tudo eu queria dizer que não adianta a gente ter Casa de Cultura sem cultura. É importante que a gente tenha a cultura, lá.

- Manifestações na plateia.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Tudo que a Secretária Aline falou...

- Manifestações na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Deixa a Vereadora concluir, por gentileza. Ao final, vocês podem se manifestar. Segue, Vereadora, por favor.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Obrigada, Presidente. Obrigada, Lydia, que está aí. Muito obrigada, Lydia, por você estar defendendo as mulheres. É isso que a gente precisa,

independente do posicionamento político e da ideologia. Todos e todas devemos ser respeitadas e ouvidas, independente do posicionamento político. Então, vamos continuar.

A Secretária disse que as Casas de Cultura terão 35 milhões de repasse no primeiro ano, 32 no segundo, 50% de repasse mensal para programação, aumento de 10% na carga horária de oficinas, presença de técnicos de som, agilidade para resolução de problemas, aumento do público principalmente.

Como eu disse no começo, a gente precisa que o público vá e, para que o público vá, a gente precisa de cultura lá, a gente precisa que os equipamentos de Cultura estejam preparados adequadamente. Eu acho importante a gente...

- Manifestações na plateia.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Só um minutinho, por gentileza. Depois os senhores podem...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos deixar concluir.

A SRA. CRIS MONTEIRO – ... senhores e senhoras poderão se inscrever e terão seu tempo de três minutos.

Eu acho importante a gente reforçar. Muito tem se dito sobre privatização e eu queria só esclarecer uma coisa. Quando a gente privatiza um equipamento público ou qualquer outra coisa pública, isso implica cobrança de um preço; não existe privatização sem cobrança. Então, é um equívoco a gente ficar insistindo que os equipamentos públicos serão privatizados. Isso não vai acontecer porque, como disse, a Secretária e nós todas poderemos testemunha, não haverá cobrança, o serviço continuará sendo público. Então, não se deixem enganar por essa palavra de que os equipamentos públicos serão privatizados. Seriam privatizados se tivéssemos cobrança. Não terá cobrança. Esse é o princípio básico de uma privatização.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclui para mim, Vereadora.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Eu fui interrompida, eu vou ficar só com 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sim, mas já está 25 segundos a mais. Pode seguir.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Ah, já está cumprido. Enfim, eu queria, então, oferecer todo o meu suporte e dizer que eu sou uma defensora absolutamente inequívoca desse tipo de parceria.

Parabéns à Secretária, parabéns por a senhora estar fazendo isso.

- Manifestações na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

- Manifestações na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vereador Rubinho Nunes.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Continuo sendo vaiada. É uma tristeza ouvir isso, mas é opção de vocês.

- Manifestações na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem, sim, a solidariedade da Mesa e dessa presidência à Vereadora Cris Monteiro.

- Manifestações na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vaiair, não.

- Manifestações na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vereador Rubinho Nunes, três minutos.

O SR. RUBINHO NUNES – Obrigado, Sr. Presidente. Muito bom dia a todos.

Quero agradecer a presença de cada um de vocês. Quero prestar minha solidariedade à Vereadora Cris Monteiro, que foi interrompida sumariamente em seu discurso. Eu acho bastante interessante que essa mesma galera que gosta de falar “todes” e “*manterrupting*” venha interromper uma Vereadora.

- Manifestações na plateia.

O SR. RUBINHO NUNES – Mas me interrompam, me interrompam, me interrompam.

- Manifestações na plateia.

O SR. RUBINHO NUNES – Eu quero aproveitar, Sr. Presidente, para parabenizar a Secretária Aline pela coragem de apresentar um projeto arrojado e adequado, mesmo sabendo

que seria alvo de críticas, mesmo sabendo que seria alvo de vaias, mesmo sabendo que poderia ser achincalhada em uma audiência pública. E, mesmo convidada, porque não se trata de uma CPI, mas sim de uma audiência, a Secretária compareceu para defender o projeto.

Isso é sinônimo, Secretária, assim como do Secretário Cobra, de compromisso com a gestão de São Paulo, de compromisso com o Governo e, principalmente, compromisso com a população; desapego às vaidades de apenas aplausos. Por isso, minha solidariedade.

- Manifestações na plateia.

O SR. RUBINHO NUNES – Pronome neutro não existe, meu amigo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu vou segurar o relógio.

O SR. RUBINHO NUNES – Dando continuidade.

Se nós falamos em eficiência de gestão, nós vemos que a Secretária tem o compromisso justamente de apontar os erros, e isso mostra o desprovimento de vaidade, de identificar a falha na gestão e propor alternativas que venham a solucionar esses problemas de maneira rápida, econômica, priorizando os investimentos, garantindo o acesso à cultura e principalmente garantindo que a população, que é quem precisa do serviço, tenha acesso.

Eu acho interessante que toda vez que nós vamos discutir acesso à cultura, discutir parcerias, em qualquer âmbito do município, em qualquer âmbito da gestão necessariamente surgem grupos que gostam de antecipar campanha eleitoral – pessoal que está em campanha para o Guilherme Boulos – para falar de concursos. A palavra de ordem é “concurso”.

- Manifestações na plateia.

O SR. RUBINHO NUNES – Presidente, eu quero que mantenha meu tempo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu já segurei o relógio.

- Manifestações na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos aguardar. (Pausa) Segue, Vereador Rubinho.

O SR. RUBINHO NUNES – Obrigado, Presidente.

Quando nós falamos de concurso, nós falamos necessariamente de custos para a realização do concurso, pessoas que vão gerar custos para o Município dentro do sistema previdenciário da cidade, que vai onerar o pagador de impostos, ou seja, a população mais pobre da cidade ao longo de décadas.

Isso, simples e sinceramente, é ineficiência de gestão. Se nós queremos qualidade de gestão, qualidade de serviço e qualidade de atendimento, nós temos que falar em gestão compartilhada, e é necessariamente o que a Secretária tem a coragem de fazer, uma coragem que nós vemos em poucos gestores na cidade de São Paulo, ao longo do tempo histórico que é na política do Brasil em geral, porque toda vez que nós falamos em serviços...

- Manifestações na plateia.

O SR. RUBINHO NUNES – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O.K, O.K, O.K. Agora sim, Vereador Rubinho.

O SR. RUBINHO NUNES – Eu queria só concluir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não, mas foi dado a... Então mais dez segundos, por favor.

O SR. RUBINHO NUNES – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu já estou na tolerância.

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO – Já passou 30 segundos, mais dez, Rubinho.

O SR. RUBINHO NUNES – Necessariamente, nós falamos em qualidade de serviço, redução de custo para redução tributária. Essa é a eficiência de gestão que eu espero para São Paulo, então parabéns, Secretária. Conte com o meu apoio.

- Manifestações na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereador Rubinho. O.K, muito bem. Vamos à próxima: Pedro Galvão... Não, o Pedro já foi chamado. Encerraram-se as inscrições *on-line*...

- Manifestações na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Assim, não há possibilidade de fazer o debate.

O SR. RUBINHO NUNES – Reclama com o Aurélio, fala com o dicionário. Pronome neutro não existe, meu amigo.

- Manifestações na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Deputada Federal Sâmia Bomfim. Três minutos, Deputada. Muito obrigado por estar conosco.

A SRA. SÂMIA BOMFIM – Bom dia a todos.

Jair, eu que te agradeço por essa possibilidade. Quero te cumprimentar, cumprimentar também todos as Vereadoras e Vereadores presentes, estou vendo a Vereadora Elaine, todo o movimento de Cultura que mais uma vez está mobilizado para defender o nosso patrimônio público.

Dessa vez, as Casas de Cultura da cidade, que é fruto de uma conquista da gestão Erundina para democratizar e fortalecer a participação popular, bem como garantir que a cultura seja, de fato, do povo e, portanto, nessa lei da gestão Erundina está escrito que deve ser com administração direta. E não há edital, não há portaria, não há vontade de nenhum Prefeito ou Secretária privatistas que têm condição de passar por cima daquilo que diz a nossa legislação. As Casas de Cultura são uma conquista da população de São Paulo, sobretudo da população periférica.

Eu saí da Câmara já há alguns anos, estou indo para o meu segundo mandato como Deputada, antes eu estava aí como Vereadora. Mas é engraçado como algumas coisas não mudam. Ainda há Vereadores que simplesmente não conhecem a sua própria cidade, que não se dão ao trabalho de visitar os equipamentos públicos. Porque ir para a tribuna e dizer que não se faz cultura nas Casas de Cultura mostra um grande (falha na transmissão) esses espaços.

Há muita cultura nesses espaços, apesar das diferentes gestões que se apossam da Prefeitura de São Paulo. Só não há mais atividades culturais, porque houve uma política deliberada de estrangulamento orçamentário. Estava no Plano de Privatizações da época do Prefeito João Doria, que inclusive à época aconteceu uma ocupação na Secretaria de Cultura,

quando era Vereadora acompanhei esse movimento justamente denunciando que já era alvo dessa lógica privatista, desde a sua gestão, também as Casas de Cultura.

Por isso, é fundamental que a gente recorra a todos os instrumentos legais, jurídicos, mas para toda a cultura de luta que esse movimento tão importante conseguiu construir nas últimas décadas na cidade de São Paulo. Por isso, eu fiz questão de passar aqui, estou em Brasília, infelizmente não posso estar pessoalmente, mas para registrar novamente o nosso apoio, colocar também o nosso mandato à disposição, os instrumentos que tem na Câmara Federal.

Assim que as comissões forem instaladas, a gente pretende também fazer uma audiência pública, chamar atores nacionais para que também entrem em cena para tentar barrar esse projeto. Aqueles que dizem que a privatização é uma solução simplesmente não conhecem do nosso país. Tudo que foi entregue para a iniciativa privado serviu para corrupção, para enriquecimento de alguns em detrimento do acesso a direitos do conjunto da população. Por isso que não pode passar. Estamos juntos.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Deputada.

Inti Queiroz, depois Ritty Brown e Gustavo Soares. Três minutos.

A SRA. INTI QUEIROZ – Aí, agora sim. Alguém deixou aí uma cilada para mim.

Bom dia a todas, todos e todes. (Palmas). Que existe, sim, e eu gosto muito de falar porque eu respeito todes, todas as pessoas.

Bom, estamos aqui mais uma vez para defender o óbvio. Eu fico muito feliz de poder falar após a minha Deputada Federal, de que também faço parte da construção desse mandato, que quando era Vereadora nós ocupamos – e eu ainda nem assessora era – essa Câmara Municipal de São Paulo, alguns lembram e estavam juntos, justamente porque a gente já sabia que, lá na época do Prefeito Doria, isso já era um projeto.

Isso não é um projeto apenas do Prefeito Ricardo Nunes. Isso é um projeto que vem lá dos anos 1990. Isso chama neoliberalismo, que vem para destruir os direitos da classe

trabalhadora. Então, não adianta vir falar de MROSC, porque faz tempo que a gente está estudando as OSs, Secretária Aline Torres. A gente sabe muito bem o quanto as OSs são prejudiciais à Cultura.

E a cultura está na Constituição, como o companheiro Pirata falou. A cultura está na Constituição, no Art. 5º, no Art. 215 da Constituição, no Art. 216, como um direito. E o direito é também de produção e fruição.

Se a senhora sair do celular talvez possa me ouvir.

- Manifestações na plateia.

A SRA. INTI QUEIROZ – E como bem disse a Deputada Federal Sâmia Bomfim, não é possível que um chamamento de uma Secretaria passe por cima de uma lei. Essa lei já tem quase 31 anos, feita pela Prefeita Luiza Erundina, com Marilena Chauí e o saudoso Paulo Freire – que talvez a senhora conheça.

Foi uma gestão que mudou a cara da periferia de São Paulo, trouxe muita luta e muita construção. Como pessoa da periferia, apesar de que na época a senhora ainda era criança, deve saber que muita coisa foi melhorada. Então, por que nós vamos acabar com algo que melhorou a Cultura, na época?

- Assume a presidência a Sra. Elaine do Quilombo Periférico.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Concluindo.

A SRA. INTI QUEIROZ – Acho muito estranho a senhora, como uma mulher negra, estar ao lado dos ideais dos homens brancos, dos homens capitalistas.

- Manifestação do público.

A SRA. INTI QUEIROZ – Deveria estar desse lado da luta. Fica a dica, Aline Torres, ainda há tempo de mudar de lado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Inti. O próximo orador é a Sra. Ritty Brown. (Pausa). Não está. Tem a palavra o Sr. Gustavo Soares.

O SR. GUSTAVO SOARES – Salve, salve, gente. Bom dia.

Antes de começar, quero lamentar a fala de pessoas que ocupam cargos públicos,

pagos com dinheiro público, dos pagadores de impostos da cidade de São Paulo, defendendo a destruição da coisa pública, defendendo a destruição das Casas de Cultura, atacando o funcionalismo público. Isso, para mim, é uma situação lamentável.

Dito isso, gostaria de saudar a presença da Secretária. Depois de um ano, os movimentos culturais da cidade tentando fazer um diálogo, pela primeira vez, temos a honra da sua presença. Digo isso sem nenhuma ironia, porque é muito bom que ela escute o que a gente tem a dizer.

Quero também me solidarizar, já soubemos de funcionários que estão sendo coagidos a estarem aqui, hoje, quando deveriam estar em seus postos de trabalho, dentro da CMC. Estão sendo convocados a virem trabalhar (Palmas) a darem seus expedientes hoje, na Câmara Municipal, para fazer a defesa de um projeto que destrói a cultura da cidade de São Paulo.

Em terceiro lugar, quero dizer que a apresentação que foi feita é lamentável. É a própria admissão da Secretária de que o sucateamento das Casas de Cultura é um projeto. Ficou nítido pela apresentação.

Se existe 50% a mais de recursos para as Casas de Cultura, por que esses recursos não foram investidos até agora? Simplesmente para alegar esse projeto de terceirização. Então, é sucateamento intencional desses equipamentos. Isso é admitido, a gente acabou de assistir na apresentação da própria Secretaria.

Para mim, isso é lamentável também, nítido que é projeto da Gestão Nunes, que vem da Gestão Doria, que vem com a Secretaria de Desestatização – ou seja, é um projeto de acabar com tudo aquilo que é público.

Os exemplos dados de parcerias da Cultura com as OSs foram aqueles casos das Fábricas de Cultura. É importante lembrar que as quebradas ocuparam as Fábricas de Cultura por conta do desmonte, das precarizações e das demissões em massa que estavam sendo feitas por esses equipamentos.

É importante a gente lembrar também do Theatro Municipal, como já foi falado, que

é um processo que está sendo barrado pelo TCM, também com a OS da Sustenidos.

Em relação ao Programa Jovem Monitor, outro exemplo que foi citado aqui, é importante a gente lembrar de que acabou de acontecer a troca de gestão da OS que tem atribuição de cuidar no meio do programa, ou seja, isso só indica, mais uma vez, falta de planejamento.

O problema da Secretaria, hoje, não é capacidade de contratação, mas sim uma questão estrutural de falta de planejamento e de funcionários, como já foi falado aqui. A gente está com 40% a menos de funcionários nos últimos anos, mas não abrem concurso.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Concluindo.

O SR. GUSTAVO SOARES – A Secretaria abre estágio e vagas para os jovens monitores. Quando a Secretária fala que não tem gente que cuida das redes sociais das Casas de Cultura é mentira, porque os jovens monitores fazem esse trabalho todos os dias, mesmo não recebendo para isso. (Palmas). É isso.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Gustavo.

Anuncio a presença da Vereadora Luana Alves, que está aqui ao nosso lado.

Chamo a Covereadora Natália, da Bancada Feminista.

A SRA. NATÁLIA CHAVES – Bom dia a todos presentes nesta audiência.

Começo a minha fala dizendo que a burocracia não pode servir de desculpas para retirada de direitos. (Palmas). Lamento por dizer isso, mas parece-me um menosprezo da capacidade de articulação e execução dos trabalhadores e fazedores de cultura.

A gente está vendo a potência desse movimento. Se vocês estão se sentindo violentados em sua cidadania e autonomia, o que ainda justifica essa proposta unilateral da Prefeitura? O que justifica a dificuldade de diálogo, de presença nas conversas quando são convidados ou convocados?

É triste ouvir que a Secretaria reconhece que as Casas são precarizadas e a solução passaria por investir mais em empresas do que nas pessoas que vivem da Cultura. (Palmas)

Se demoram para fazer concurso público não há problema, a gente espera. A gente pressiona porque é um direito nosso, as pessoas precisam trabalhar. A gente sabe que o concurso público, a longo prazo, tem um resultado muito mais positivo do que ficar terceirizando soluções para empresas, deixando os funcionários, que não serão servidores com estabilidade. A qualquer momento, se quiser denunciar alguma coisa, se quiser participar, pode ser demitido, porque não vai ter estabilidade.

Esse imediatismo neoliberal nunca é democrático, só retira direitos. A Bancada Feminista vai continuar respeitando a cultura popular da cidade e lutando ao lado do movimento.

Obrigada. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Natália.

Vereador Suplicy, me ouve? Corrigindo, o Fernando Ferrari é Co-deputado da Bancada Coletiva da Deputada Mônica Seixas. Desculpe, foi um imprevisto.

Anuncio a presença do Vereador André Santos. Vereador Suplicy, três minutos.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Primeiro, Presidente Jair Tatto, meus cumprimentos por esta audiência onde tantos Vereadores e tantas pessoas envolvidas com a Cultura resolveram comparecer. Acho formidável esse interesse tão grande pela Cultura.

Cumprimento a Secretária de Cultura Aline Torres por estar aí, dialogando. Acho importante que ela ouça, sobretudo aqueles que são sujeitos na área da cultura, ou seja, os artistas, os músicos, os que dançam, os que fazem parte de todas as atividades culturais, sobretudo nas áreas mais longínquas e periféricas também presentes, com vontade de se apresentar. Que a Secretária Aline Torres possa ouvir com atenção esses titulares artistas das mais diversas áreas, sobre qual será a melhor forma de eles exercerem as suas atividades culturais para o benefício da elevação educacional e cultural de todo o povo paulistano.

Gostaria de deixar uma breve mensagem. Hoje, às 17h30, no Teatro Oficina, haverá uma cerimônia de lavagem da escada, em uma ação de apoio ao Teatro Oficina, uma vez que há um processo em andamento querendo retirar a escada da parte do fundo do teatro.

Eu, inclusive, sei de como a Secretária Aline Torres e seus secretários antecessores sempre têm apoiado o Teatro Oficina e também o Secretário Cobra. Eu quero convidar os que apoiam o Teatro Oficina para comparecerem, dando respaldo à causa, às 17h30, de hoje.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereador, Deputado eleito, Eduardo Suplicy. Me parece que a Ritty não conseguiu falar. Ritty, desculpe. Tem a palavra.

A SRA. RITTY BROWN – Isso mesmo. Obrigada pela fala.

Meu nome é Ritty. Primeiro, eu gostaria de me solidarizar com os funcionários públicos que estão aqui que, a meu ver, são comissionados. Eu gostaria de perguntar também se os concursados, se os funcionários de carreira também foram liberados hoje, no horário de trabalho, para estarem aqui. (Palmas)

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. RITTY BROWN – Não foram? Pois bem, só os comissionados que estão aqui? Era só uma dúvida mesmo.

- Manifestação do público.

A SRA. RITTY BROWN – Eu queria começar a falar sobre a EMIA Brasilândia, que foi citada aqui pela Aline Torres.

Ela já chegou com esse formato principalmente próximo à Casa de Cultura da Brasilândia, que foi onde atuei. As pessoas não podem entrar nem para beber água dentro do espaço. Quem frequentou já sabe que é desse modelo. Então ou você se candidata para estar com a sua criança lá ou você não tem direito nem de entrar no espaço para conhecer o que ele pode oferecer.

Eu atuei no Programa Criatividades, que a Secretária Aline Torres tentou apagar, mas quem viveu lá, sabe que ele existiu. Assim como Agente de Território, que já foi um programa para a juventude, foi citado que será colocado na OS, o que não seria viável, já que tínhamos um programa de agente cultural há alguns anos.

Atuei na Casa de Cultura, no ano passado, durante meses, com uma gestão

comissionada colocada pela Aline Torres. Eu e mais duas pessoas jovens também gestamos uma Casa de Cultura, porque a gestão não entendia o trabalho da Cultura. Até porque ele não era do setor cultural. Foi colocado lá para fazer esse serviço de sucateamento e a gente começou a andar de um lado para o outro, tentando saber o que ia fazer.

Pois bem, a gente conseguiu, mesmo assim, executar muitos e muitos eventos com três pessoas e jovens monitores. (Palmas). Não adianta sucatear, porque nós vamos estar lá mesmo assim.

Já que não é obrigatório ser um gestor na comissão que foi colocada, não ter entendimento, por que vocês não abrem concurso público para que a gente possa continuar fazendo o nosso trabalho? Até porque o trabalho, hoje em dia, a gente faz – só falta receber. Então, eu coloco aqui: concurso já e não à privatização das Casas de Cultura. (Palmas)

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado, Ritty. Agora, Osmar Araújo.

O SR. OSMAR ARAÚJO – Vamos lá. Bom dia a todas, todos e todes.

Estou aqui para fazer uma fala. É o seguinte: alguém caiu aí? Alguém sabe o que é estudo de viabilidade? Acho que a Secretaria não sabe o que é estudo de viabilidade. Porque vêm aqui e apresentam uma peça de *marketing* para enganar vocês. (Palmas)

É tudo de bom, gente. “Está aqui, vai aumentar, vai melhorar”. É isso.

A gente já caiu nessa *vibe* aí quando da privatização da telefonia. Não sei se vocês lembram. Hoje, a gente sabe como que é o *wi-fi* nas periferias. Fica a dica.

Vou começar a minha fala solicitando um estudo de viabilidade entre esse modelo que estão apresentando e o modelo público. Não do ponto de vista financeiro, mas do ponto de vista estratégico desse equipamento cultural, das Casas de Cultura nos territórios. Porque nem sempre o mais barato é o melhor para a gente. Acho que esse é o primeiro ponto.

Essa luta vem de longa data. Eu entrei nela em 2015, quando nós estávamos ocupados, lá, na Casa de Cultura da Vila Guilherme. Portanto, ela passa por diversas gestões, mas na atualidade, enfrenta uma onda autoritária. Porque Casa de Cultura sem conselho gestor

de Casa de Cultura é autoritarismo já que está na lei. A lei é clara, a lei impõe conselhos gestores de Casas de Cultura deliberativos – artigo 11, da Lei de Casas de Cultura. (Palmas)

Já foi feito, já tem regulamentação, já tem portaria, já foi feita a eleição. Já tivemos conselhos eleitos. Só que as gestões que vêm do Doria para cá ignoram a lei. Não se pode ignorar uma lei, porque é autoritarismo. É essa a minha visão. Vamos lá.

O edital proposto possui várias irregularidades e ilegalidades.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Um minuto.

O SR. OSMAR ARAÚJO – Uma delas é a precarização do monitor que trabalha mais e ganha menos do que o jovem monitor cultural. Então, o jovem monitor cultural vai fazer o processo educativo dele para depois ganhar menos como monitor? É quase incongruente isso.

Para finalizar, de novo: não à privatização. O que é privatização? Explicando para o nobre Vereador, porque esse edital reduz a possibilidade de nossa participação nas Casas de Cultura ao invés de aumentar. Isso é privatizar e tirar a nossa voz de dentro das Casas de Cultura. (Palmas)

Contra a privatização. Eleições para Casa de Cultura já. Respeitem a lei.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Osmar.

Manifestação feita após a fala, conforme combinado. Corretíssimo. Tem a palavra o Sr. Arakunrin.

O SR. ARAKUNRIN – Bom dia a todos, a todas, a todes. Bom dia à Mesa, em especial, com a minha autoestima, à Vereadora Elaine. Gratidão por existir em nossas vidas.

Eu gostaria de que a Secretária Aline Torres e todos os Vereadores olhassem para mim, se for possível, nos meus olhos, porque eu quero fazer uma pergunta. Por que nós estamos aqui, hoje? Por que estamos aqui, hoje, se a cultura é nossa por direito e está na Constituição? Por que? Se a cultura pertence ao povo e aos fazedores de Cultura de São Paulo, a maior cidade do Brasil. O que estamos fazendo aqui, hoje, de verdade? Porque a lei permite a vocês, Vereadores, ao Prefeito Ricardo Nunes, à Secretária Aline Torres, privatizar as Casas. Mas nem

sempre a lei condiz com a verdade e com a realidade da vida humana, principalmente nas quebradas, nas periferias. Isso é um fato. Vocês são os nossos representantes legais, legítimos, dentro do Poder Público. Vocês podem privatizar as Casas, mas será que devem?

Será que, realmente, vocês devem privatizar o direito à cultura, que traz consigo a ancestralidade, o poder de transformação de consciência, de elevação de estado de espírito, de autoestima e de vivências e convivências? Será que vocês devem, mesmo podendo?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Um minuto.

O SR. ARAKUNRIN – Então, eu gostaria de terminar dizendo que o discurso da Secretária foi bonito, muito bonito, também dos Vereadores que falaram aqui, mas a meu ver, está vazio de verdades.

Eu estou na Casa da M'Boi Mirim desde quando ela surgiu, ou até antes de ela surgir. Eu nunca vi alguém desta Gestão da Secretaria ir lá para conversar com a gente e ver (Palmas) realmente como a Casa funciona culturalmente, em primeiro lugar.

Nós, fazedores de Cultura, sabemos, porque fazemos com dinheiro ou sem dinheiro, porque nós fazemos com amor no coração e respeito às pessoas. Então, isso é pedra fundamental na vida humana.

Para terminar, então, quero simplesmente dizer a vocês: não à privatização!

Obrigado.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bacana, sempre ao final das manifestações... Correto... Sr. Fabricio?

O SR. FABRICIO JAH FAYAH ELIJAH – Salve, salve, todo mundo. Em primeiro lugar: *Iaroyê*, Exu. Peço o poder da palavra, para poder me expressar neste momento.

Eu estou aqui para dizer algumas coisas. A primeira é que o discurso da Secretária prova para nós o quanto esse Poder Público é incapaz de dar conta daquilo que precisa. Então, a Secretária enumerou várias coisas que mostram para nós que os Vereadores que estão aqui e outras pessoas do Poder Público são incapazes. Se eu fosse um Vereador de verdade, correto,

que estivesse aqui, eu teria vergonha da fala dela.

Em segundo lugar, estamos cansados de teatrinho. Vocês me desculpem a palavra, mas estou cansado de ver gente que recebe dinheiro vir aqui para bater palma para maluco dançar. Eu estou cansado de ver reuniões sendo feitas só para cumprir tabela, porque o que está sendo deliberado aqui está sendo deliberado como se nós da Cultura não existíssemos, como se a nossa fala e a nossa vontade não valessem de nada. Assim, é um mero protocolo o que estão fazendo aqui, uma mera formalidade, mas eu estou muito feliz, apesar de tudo isso, de ver que o povo a cada dia mais está unido e não vamos mais aceitar esse tipo de coisa. Essa é a verdade. Essa é a realidade.

Então, o que queremos é o respeito. Se você é uma Secretária de Cultura, se você é um Vereador, e você quer determinar alguma coisa, o mínimo é ouvir as pessoas e não vir só quando for convocado por força maior ou para não se queimar, geral. Precisamos de respeito.

Mais do que isso, venho aqui representando o Instituto Cultural Bola de Fogo e a Associação Nacional Reggae. Estou com muitos que estão na discussão do orçamento há muito tempo. Sabemos, como já foi falado por outras companheiras, que isso é um desmonte que vem acontecendo de tempos em tempos. É um projeto de longo prazo que está chegando agora nessa culminação de privatizar, de tirar do povo a decisão.

Na lei da Erundina, está se dizendo que isso é errado. Para nós, da Cultura, isso é errado. Então, não vamos nos iludir com meia dúzia de *slides* de PowerPoint, que vão falar para nós que isso é bom. Se a Secretária tivesse, realmente, vontade política de fazer algo, ela teria nos questionado. Ela teria nos convocado para ouvir nossa opinião e para dizermos aquilo que achamos certo.

Estamos juntos nessa luta, contra a privatização e por mais concurso público. São 20 anos sem concurso público. É uma vergonha.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Sr. Fabricio. Sra. Edite Marques? Estamos caminhando muito bem. A senhora tem três minutos.

- Manifestação do público.

A SRA. EDITE MARQUES – Digo a todos que estão presentes, ao Secretário e aos Vereadores que contamos com esta Câmara e que as pessoas que lidam comigo são de luta. Eles lutam. Sabem o que é morar na periferia. Sabem o que é ser mulher e negra. Sabem o tanto que nós temos de lutar e conseguimos avançar. Ninguém vai nos segurar, porque nós aprendemos que é com luta, com muita luta, que nós caminhamos. A lei existe para que tenhamos responsabilidade e que vocês cumpram a lei, porque nós merecemos. Somos periféricos.

Os livros estão abertos: Cooperifa, Casa Popular de Cultura, todas as Casas estão abertas e é lá que acontece a cultura. É lá que nós temos amigos. É lá que eles sabem o meu nome. É lá que eu consegui um CD, que eu consegui, apesar de não enxergar, ter braços para me ajudar a caminhar. Obrigada, Cooperifa. Obrigada, Casa Popular de Cultura. Essa Casa não pode ser fechada.

Nós contamos com os Vereadores daqui e, mais do que isso, há a força de um povo que aprendeu a lutar, a não se calar. Eu mesma aprendi a não me calar. Não me calo mais. Preciso falar. Preciso estar aqui, onde a lei existe. Ela existe para que seja cumprida. As crianças periféricas, os adolescentes, danças, ritmos, literatura: lá isso acontece. Lá é o nosso espaço. Lá é onde existe a lei. É lá que ela tem de ser cumprida. Temos de lutar.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado, Dona Edite. Sra. Rosa Maria Falconi? (Pausa). Onde está a Sra. Rosa?

Permita-me fazer um agradecimento à tradutora de Libras, Márcia Alexandre. É Márcia e Alexandre ou Márcia Alexandre? Geralmente, nós temos dois, ou duas, ou um, uma. Identificarei, depois, o outro nome. O.K.

Sra. Rosa, tem três minutos.

A SRA. ROSA MARIA FALCONI – Bom dia a todas, a todos e a todes, meus companheiros de lutas, meus ex-colegas das Casas de Cultura, Vereadores, Vereadoras.

Eu sou Rosa. Sou funcionária pública, atualmente aposentada, e trabalhei por muitos

anos na Secretaria da Cultura. Nos últimos seis anos, foi nas Casas de Cultura. Então, tenho muitas coisas a dizer, Sra. Secretária.

Primeiramente, para todos, na cidade, qualquer serviço público é tocado por funcionários públicos. São todas as políticas públicas. A maioria de vocês tem uma situação passageira, com cargos em comissão ou mesmo as vereanças, mas é o servidor público que está lá para manter e fazer a continuidade das políticas públicas. Então, aquele discurso de que concurso público gera despesa previdenciária, como uma coisa ruim, é – desculpem-me – tacanho. É claro que gera. São trabalhadores. Como qualquer outro, têm de ter Previdência.

Então, como ex-funcionária, eu digo: os técnicos, os funcionários, sempre falaram das dificuldades das Casas de Cultura. Sempre propuseram e fizeram sugestões, que, nas administrações, não foram ouvidas. Eu, como ex-funcionária, digo que o que queremos é: administração direta das Casas de Cultura, como está, mas melhorada. Esta Casa pode criar cargos novos. O mercado forma. As faculdades formam produtores culturais, técnicos. A própria Secretaria tem cursos de técnicos de som, de palco. Tem de haver concurso público, sim.

A população tem de participar da elaboração e implementação de política pública. Sra. Secretária, eu tive a honra, na minha carreira, de trabalhar com o movimento organizado.

Na habitação, nos mutirões da Erundina, eu estava lá como assistente social, bem como na Secretaria da Cultura, no programa Vai e em tantos outros. É ótimo dialogar. O povo sabe o que quer, do que precisa, e sabe pensar e ter propostas.

Não à privatização, à terceirização, seja lá o que for. Sou pela administração direta das Casas de Cultura. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Sra. Rosa. Tem a palavra o Vereador Isac Felix e, em seguida, o Vereador Celso Giannazi.

- Assume a presidência a Sra. Elaine do Quilombo Periférico.

O SR. ISAC FELIX – Bom dia a todos e a todas.

Quero dizer para vocês que o diálogo é a melhor coisa que possa existir em um país democrático. Hoje, nós estamos conversando e o nosso país passou por um momento muito

difícil, em que se dividiram as pessoas, mas a cultura une as pessoas e nós estamos aqui para discutir a Cultura da cidade de São Paulo, o que existe de cultura na cidade de São Paulo.

Eu sou da periferia. Eu sou do Campo Limpo. Sou do Capão Redondo. Muitos me conhecem, aqui. Tenho trabalhado muito pela Cultura na cidade de São Paulo. Tenho uma filha atriz. Sou diretor do Teatro Nissi, que faz projetos sociais. Estive no Parque do Jockey, conversando com o Prefeito. Estamos levando uma escola de artes para lá.

Porém, gente, tudo deve ser discutido de uma forma respeitável, ouvindo todos e é esta a visão desta Casa. Quero agradecer aos Vereadores Jair Tatto e Elaine do Quilombo Periférico. Muito me esforcei e cobro da Vereadora: “V.Exa. tem de voltar para a Subcomissão de Cultura, para nos ajudar”. Quando cheguei aqui, em 2016, não existia essa Subcomissão. O Vereador Jair Tatto era Presidente da Comissão de Finanças e eu era Vice, naquela ocasião. Nós a criamos – pois não existia – para discutir a Cultura na cidade de São Paulo.

Contudo, também fico chateado – aí, quero me solidarizar com a pessoa que é a nossa Secretária Aline. É uma mulher de periferia, que tem conversado, e eu prometi para vocês, quando nós aprovamos o requerimento – alguns estavam lá –, que ela viria à audiência, mas, agora, criar número de telefone para ameaçar a Secretária, uma mulher que está em cargo público?

- Manifestação do público.

O SR. ISAC FELIX – Pessoal, eu estou em púlpito. Eu estou falando. Vocês falaram e eu fiquei calado. Eu estou falando como se deve fazer. Nós temos audiência pública. Não sou e provo para vocês. Estão xingando a Secretária. Não, eu só estou falando. Talvez, a pessoa ou o grupo nem estejam aqui, mas isso não pode acontecer, gente.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Gente, vamos respeitar a fala do Vereador, por favor.

O SR. ISAC FELIX – Meu amigo, por favor. Eu fui respeitoso com todos vocês. Eu ouvi vocês. O que eu estou dizendo para vocês é que nós precisamos discutir as coisas assim, em audiência, lá, na comunidade, lá, na nossa casa.

Calma! Vocês têm de me ouvir, companheiro. Só você quer falar? Então, você ouviu. Você não tem cultura e você não é educado. Você tem de voltar para a escola para ter educação – e você, também. São vocês dois. Vocês dois estão tumultuando.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Gente, vamos manter a calma, por gentileza. Vamos deixar o Vereador concluir a sua fala, por favor.

O SR. ISAC FELIX – Até agora, eu estou sendo educado com todo mundo. Não há aparte. Gente, é democracia só de um lado, aqui? É respeito só de um lado? Vamos respeitar, por favor. Então, eu fui educado. Ouvi vocês. Faço parte da Comissão de Cultura e a abri, também. Caetano, dê licença.

- Tumulto.

O SR. ISAC FELIX – Então, o que eu quero dizer para vocês, gente, é que tudo o que for referente à Cultura, tudo o que for referente à cidade de São Paulo, é discutido aqui. Isto não é um projeto de lei. Tudo vai ser discutido aqui e nós, como Vereadores, queremos entender isso, também. Estamos conversando com a Secretária, com o Secretário de Governo. Nós vamos abrir o diálogo para todos e, se precisarmos ir à periferia, em audiência pública, discutir, nós vamos lá discutir. Então, é isso o que estou dizendo para vocês.

Muito obrigado. Deus abençoe a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Vereador Celso Giannazi, por favor, tem três minutos.

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. CELSO GIANNAZI – Bom dia a todas, a todos e a todes.

Gostaria de cumprimentar, em nome da Vereadora Elaine do Quilombo Periférico e do Vereador Jair Tatto, os Parlamentares presentes. Cumprimento a Secretária Aline e o Secretário Fabricio, que estão presentes.

A Dona Edite, que fez uma grande fala, é uma pessoa de 80 anos que vem a esta Casa. Inclusive, receberá uma homenagem da Casa, um Título de Cidadã Paulistana, por todo um trabalho que desenvolve na Cultura. Quem não tiver a sensibilidade de entender o que a

Dona Edite falou, da importância das Casas de Cultura, desculpe-me, mas não merece estar sentado em uma das cadeiras desta Câmara Municipal.

Vimos falar das Casas de Cultura. Muitos ativistas culturais, produtores culturais, vieram falar da importância. Conhecem, como ninguém, os territórios e a importância das Casas de Cultura para além da cultura, para um polo de exercício de cidadania nos territórios periféricos da cidade de São Paulo. Sabemos da importância das Casas de Cultura.

A Secretária Aline fez uma apresentação com 42 servidores efetivos nas Casas de Cultura. Sabemos que é absurdamente ridículo o número de Casas de Cultura na cidade de São Paulo, uma cidade gigantesca, com 12 milhões de pessoas. Não dá para aceitar esse número de Casas de Cultura e, muito menos, de servidores das Casas de Cultura.

Então, o que temos de entender é a política do Prefeito Ricardo Nunes voltada à área de cultura. Qual é a política? Nós temos um orçamento da cidade de São Paulo de cem bilhões de reais e o que é destinado para a Cultura é uma miséria de 680 milhões de reais – 0,7% do orçamento. Nós, Vereadores da Oposição, lutamos muito para que aumentemos esse valor no orçamento e o que faz o Prefeito Ricardo Nunes? Dá o comando para os Vereadores da base para não permitirem que haja mais investimento na área da cultura. Essa é a realidade. É a realidade do sucateamento da Cultura na cidade de São Paulo, uma cidade rica, com quase 34 bilhões de reais guardados, em caixa. A Cultura está sendo sucateada na cidade de São Paulo.

Nós já conhecemos o modelo trazido, o modelo das Organizações Sociais. É o modelo da máfia das Organizações Sociais, que já ocorre na área da saúde. Já ocorre na área da educação, com os CEIs conveniados. Não há fiscalização alguma dos recursos destinados à área da saúde – 70% do orçamento da Saúde estão destinados a Organizações Sociais. Não há controle do Tribunal de Contas do Município, da Câmara Municipal e, muito menos, da Controladoria Geral.

Concluindo, precisamos da sinalização clara da Secretária sobre concurso público para a área da cultura, para que tenhamos servidores públicos que conhecem o território e que não percamos a memória da vivência dos territórios, porque, com as Organizações Sociais, nós

teremos a máfia das Organizações Sociais também na área da cultura e a precarização e o sucateamento da Cultura na cidade.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereador Celso Giannazi.

Sr. Rodrigo Andrade? (Pausa). Perfeito. Nós rigorosamente temos que terminar às 13h. Vai dar tudo certo. Depois do Rodrigo, Rosane.

O SR. RODRIGO ANDRADE – Bom dia a todas as pessoas.

A ignorância daqueles que se julgam inteligentes é a pior das ignorâncias. Eu peço ao Vereador Isac que comunique aos seus dois parceiros que falaram antes – a de vestido e o outro, engomadinho, que usa bem o auxílio paletó dele – que o diálogo que você propõe se fala e se ouve. Falar o que eles acham certo e sair andando não é diálogo. (Palmas) E avise a eles que a gestão pública – eles desconhecem isto, pelo jeito – parte da impessoalidade. Então, aqui não são vaiados homens, mulheres, pretos, brancos ou qualquer outra raça ou sexualidade; são gestores impessoais. (Palmas)

A Vereadora até pode ter certa razão ao dizer que isso não se trata de uma privatização, porque a privatização seria a desestatização das Casas de Cultura por uma empresa, OS ou seja o que for; mas tampouco é uma parceria, uma parcerização ou uma gestão compartilhada, e toda hora se muda o nome. Eu já visitei mais de 20 países representando o Teatro de Bonecos Brasileiros, vendendo apresentações aqui e indo com cachê para lá ou com um único ProAc de 30 mil reais que só foi usado para passagens.

Conheço diversos modelos e a parcerização é quando a gente vê algo acontecendo no território. No Brasil, não existe isso, a gente, a sociedade fazendo uma cultura no território, e a gestão pública chega lá e investe para que aquilo continue, para que aquilo prolifere e se potencializem. E não é o que está proposto no edital: o edital propõe uma terceirização – é ceder o espaço público para que seja uma administração privada de uma empresa que vai, ela, gerir boa parte do que será ali dentro, exceto o que a Secretaria pode mandar. Isso não é gestão compartilhada, isso é terceirização de mão-de-obra.

Concluo lembrando que foram citadas, aqui, as Fábricas de Cultura. A gente já sabe,

desde o começo, dos escândalos de superfaturamento. Até foi trocada o nome da mesma OS, que continua lá. Aí, eu posso falar pelo meu segmento: o teatro é o pior cachê pago no Estado de São Paulo. (Palmas). Só quero dizer que se a gente quer fazer uma consulta pública, a gente não pode fazer uma consulta pública de um edital dado. Vamos consultar se a sociedade quer um edital e que ela proponha também um formato para ser votado pela sociedade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Rodrigo.

Tem a palavra a Rosani Abou Adal, presidente do Sindicato dos Escritores no Estado de São Paulo.

A SRA. ROSANI ABOU ADAL – Estou representando toda a nossa categoria de escritores não só de São Paulo, mas do Brasil inteiro, porque isso é uma vergonha.

A gente está aqui discutindo um edital para privatizar, ou para precarizar, ou para terceirizar ou que quer que seja. A cultura é nossa, é do povo, é um direito nosso, tem que ser administrada pelo Poder Público. Mais verbas para a Cultura. Falta de verbas na Cultura alimenta beócios. Nós não somos beócios – nem nós escritores, nem nós contribuintes, que pagamos nossos impostos e queremos que as verbas destinadas sejam investidas para mais concursos públicos, já. Mais verbas na Cultura! (Palmas)

Pelo não-sucateamento da Cultura, do nosso patrimônio público. Chega. Basta. Sem edital, sem privatização, sem concessão, sem parceirização – que é um novo nome, que foi mudando nesses editais. A parceirização para exploração da Cultura é vergonha nacional, aberração sem fronteiras! (Palmas)

A terceirização é o sanguessuga devorador da nação. A privatização é o câncer avassalador que destrói toda uma nação. Então, não ao edital; não queremos, como contribuintes, munícipes, que pagamos nossos impostos.

Obrigada a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Rosane.

Tem a palavra, Cleiton Fofão.

O SR. CLEITON FERREIRA (“Fofão”) – Primeiramente, eu queria agradecer a

todos, a todas e a todes que estão na plenária, porque é uma pauta muito importante para nós, ainda nós que viemos da periferia e usamos a arte e a cultura como garantia de direitos. Estamos discutindo a sobrevivência dos nossos nesses territórios, e a Cultura fortalece muito nessa situação.

Queria também fazer perguntas aos Vereadores que estão na Mesa, porque, nossa, hoje chegou todo mundo. Será por quê? Reunião tem de 15 em 15 dias. Será que é porque vai privatizar a Cultura, aí, veio todo mundo para saber? É vergonhoso virem agora. Ou foram convocados, como os servidores públicos, para ocupar as cadeiras e deixar a população de fora da discussão. (Palmas)

Quero falar para o Isac que a Subcomissão foi uma demanda construída pelo movimento dos fazedores de Cultura, pela situação precária que estava na época. Não foi ideia de vocês, e sim uma demanda dos fazedores de Cultura. (Palmas)

Queria falar também que se a gente quer resolver o problema, vamos aumentar o orçamento e executá-lo inteiro. Porque, infelizmente, a Secretaria não executa nem o que é garantido no orçamento da cidade. É uma vergonha. A gente está falando de um PIB muito grande. E já que todos os Vereadores querem estar aqui para discutir, vamos discutir 3% para a Cultura. Que tal? Nós vamos resolver o problema de todo mundo, criam-se outras Casas de Cultura. Vamos fazer política séria, não passar a responsabilidade de Poder Público para a terceirizada, porque é uma vergonha estar acontecendo esse processo de tratorar as coisas públicas, como acontece nos territórios periféricos.

Sabemos o orçamento dos territórios. Sou da região de Perus, Jaraguá e Anhanguera, que não tem nenhuma Casa de Cultura; é o último orçamento da cidade. Depois, vem Vereador tacar emenda, dizendo que está fazendo alguma coisa. Isso, a gente não vai aceitar mais.

Só quero falar que esse projeto vai ficar mais caro. Se a gente avaliar, vai ficar mais caro. Então, em vez de investir em terceirizada, invistam em concurso público para a gente sanar essa demanda e poder executar todo o orçamento, que é uma luta garantir aqui, e nunca é

executado inteiro. A gente está aqui para falar sobre esse processo de execução de orçamento e a gente fortalecer a periferia, que é a mais prejudicada nesse processo de terceirização.

Contra a terceirização das Casas de Cultura e a favor de concurso público, que os equipamentos sejam geridos pelo Poder Público. “É nós”. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vereador George, um minuto. A Rafaela conseguiu conectar? (Pausa). É a terceira vez que eu chamo.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O.K. Observada a manifestação. O.K., perfeito.

A Rafaela, pela terceira vez, eu a chamo de forma *online*. (Pausa) Três minutos, Rafaela.

A SRA. RAFAELA MOREIRA DE FREITAS – Vou tentar falar nos três minutos. Tenho uma doença neurodegenerativa, eu falo mesmo devagar.

Primeiro, eu gostaria de falar para a Aline que a gente conhece a realidade das OSC, ela não precisa desenhar um país de Alice, um país das maravilhas para nós, porque a gente, que é usuária do SUS, sabe que não é assim.

As privatizações constituem um problema em São Paulo, e eu pergunto se é preciso sucatear para privatizar.

Outra coisa que eu gostaria de perguntar para a Aline também é que ela, em uma entrevista que ela deu para a *Veja* em janeiro deste ano – eu tenho um *print* da matéria, se ela não se lembrou ou negar –, ela falou que a campanha começou e as pessoas estão se organizando com narrativas de campanha, está tudo no jogo e a democracia faz parte. Eu só acho triste elas usarem uma mentira. Quero perguntar para ela que mentira é essa, porque eu sou uma pessoa com deficiência física, trabalho à noite, estou acordada há 12 horas, estou saindo daqui para ir para o HC. Há um monte de gente que largou seus empregos, que está na Câmara para se posicionar, e ela acha que tudo isso é partido? Que a gente não tem voz para falar que a gente é contra sucatear? (Palmas)

- Manifestação do público.

A SRA. RAFAELA MOREIRA DE FREITAS – Se ela se vendeu para estar no cargo, problema dela. Não é assim. Obrigada.

- Manifestação do público. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Rafaela, obrigado. Agora, Vereador George Hato.

O SR. GEORGE HATO – Bom dia a todos.

Primeiramente, eu quero me solidarizar com a nossa Secretária Aline Torres pela agressão que ela vem recebendo ao longo da sua caminhada à frente da Secretaria de Cultura. (Palmas).

Quero dizer que a nossa Secretária Aline Torres, em gesto nobre, reconheceu os problemas das Casas de Cultura. Isto é gestão: reconhecer os problemas e sugerir novos avanços, como essa proposta da gestão compartilhada das Casas de Cultura, porque começou errada essa audiência dizendo-se “privatização”, “terceirização”. Não é isso. Isso é uma *fake news* que vocês estão passando para a ponta. Isso não é verdade.

- Manifestação do público.

O SR. GEORGE HATO – “Fechamento de Casas de Cultura”: foi falado aqui de fechamento de Casas de Cultura. Isso é *fake news*. Então, nós temos que levar para as bases a verdade em relação a essa gestão compartilhada, que vai diminuir a burocracia na contratação de artistas. Não é isso que vocês querem? Diminuir a burocratização?

- Manifestação do público.

O SR. GEORGE HATO – Então, é isso. Vocês não querem mais investimento nas Casas de Cultura?

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Manifestações ao final, por favor.

O SR. GEORGE HATO – Vai aumentar o investimento em Cultura, vai passar de 23 milhões para 35 milhões.

- Manifestação do público.

O SR. GEORGE HATO – Você já falou, agora você fica quieto. Você escuta.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Opa, opa. Parou, parou.

- Manifestação do público.

O SR. GEORGE HATO – Um aumento de 50% no (ininteligível) mensal nas Casas de Cultura.

- Manifestação do público.

O SR. GEORGE HATO – É isso. Aline, continue firme na sua proposta. Tem o apoio da base dos Vereadores e Vereadoras que frequentam...

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Deixem ele terminar, por favor.

- Manifestação do público.

O SR. GEORGE HATO – Acho que o mais importante nesse projeto, porque eu ando pelas Casas de Cultura de São Paulo, e temos um funcionário na Casa de Cultura. E com essa proposta, nós teremos oito funcionários para dar mais qualidade para as pessoas que vão frequentar a Casa de Cultura.

- Manifestação do público.

O SR. GEORGE HATO – A cultura é nossa! É isso aí, a cultura é nossa.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereador George Hato. Já concluiu?

O SR. GEORGE HATO – Eu quero terminar, Presidente.

- Manifestação do público.

O SR. GEORGE HATO – Acho que o mais importante...

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Por favor.

O SR. GEORGE HATO – Acho que o mais importante nesta audiência.... Eu queria também, Presidente e Secretária Aline, sugerir nessa proposta a criação de indicadores de avanços culturais nessa gestão compartilhada. E esse projeto só vai ser melhorado com base nesses indicadores em audiências e debates como este, mas de forma respeitosa, porque vocês não estão respeitando.

- Manifestação do público.

O SR. GEORGE HATO – E você já falou, você fica quieto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vereador George Hato... Vocês me permitem uma coisa? Permita-me uma coisa? Vamos colocar no mesmo patamar? Não aceito a provocação de lá e também V.Exa. fica rebatendo. Nós estamos todos errados.

O SR. GEORGE HATO – Presidente, o senhor começou esta audiência pública com *fake news*.

- Tumulto no recinto. Falas simultâneas.

O SR. GEORGE HATO – Então, não induz o povo a *fake news*, à mentira.

- Manifestação do público.

O SR. GEORGE HATO – Não vai ser privatizada.

- Manifestação do público.

SR. FABIO RIVA – Presidente, só restabeleça a conclusão do Vereador. Peça para o pessoal ficar em silêncio só para restabelecer e ele concluir o raciocínio.

- Falas simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vereador George Hato, V. Exa. já está aqui há alguns anos...

O SR. GEORGE HATO – Pessoal, obrigado aí, valeu. Vamos à luta.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos seguindo.

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO – Presidente. Só um minuto. Eu só ia pedir também para as assessorias, os trabalhadores da Câmara, os trabalhadores da Secretaria que estão aqui também, respeitem a fala tanto dos Vereadores como das pessoas que estão na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Perfeito. Agora, esse bate-rebate não é salutar para ninguém. Vereadora Luana Alves.

A SRA. LUANA ALVES – Boa tarde a todos, todas e todes, à Mesa, aos meus colegas Vereadores e ao Executivo.

Antes de começar a minha fala, eu queria me solidarizar com qualquer munícipe cidadão desrespeitado nesta audiência de hoje. (Palmas). Queria dizer que esse espaço não é espaço de ofender a população que vem participar de uma audiência.

A gente tem que iniciar de um ponto fundamental sobre essa discussão: hoje, a Prefeitura Municipal de São Paulo está com superávit de 30 bilhões de reais no seu caixa. A proposta do suposto compartilhamento de gestão não cabe. A Secretária Aline Torres falou das insuficiências das Casas de Cultura, só que a gente tem um caixa em São Paulo que nunca antes, na história, teve. Isso é uma escolha política, isso é um projeto de privatização. Não é sobre falta de dinheiro, não é sobre incapacidade do Estado, é uma escolha de entregar para OSC, para instituições privadas, muitas vezes parceiras políticas.

Eu vou falar a verdade aqui para vocês, a questão é a seguinte: o Vereador George Hato colocou: “vocês estão pedindo mais investimento, está aqui mais investimento”; mas o investimento é no setor público. Porque só tem mais investimento quando é para OS. Isso é algo terrível. Estou aprendendo cada vez mais com a Cultura. Sou originalmente da Saúde e vi o processo da terceirização da gestão das unidades básicas de saúde. Sabe o que acontece quando qualquer trabalhador – enfermeiro, enfermeira, psicólogo, médico – se coloca, por exemplo, para denunciar uma irregularidade em uma UBS hoje? Essa pessoa é demitida. Vocês sabem o que acontece na Assistência Social quando tem demissões em massa de OSC? As pessoas ficam sem receber décimo terceiro, todo tipo de benefício, pessoas perseguidas politicamente. A gestão terceirizada significa o fim da possibilidade de gestão compartilhada. Isso já é trágico na Educação, já é trágico na Saúde. Aliás, é trágico na educação infantil. Eu queria lembrar a todos da máfia das creches. É uma coisa importante de a gente falar aqui. (Palmas). Estamos na gestão de um Prefeito que já respondeu na justiça por máfia das creches. Essa é a verdade para os senhores.

Aliás, eu queria dizer, eu estou aqui com o Secretariado do Prefeito, estou feliz que vocês vieram, mas acho que falta alguém, acho que falta uma pessoa nessa Mesa. Eu acho que falta o Prefeito Ricardo Nunes para vir responder ao movimento.

- Manifestação do público.

A SRA. LUANA ALVES – Eu acho que falta ele estar aqui na Mesa do dia de hoje. Não adianta se esconder atrás do Secretariado, não adianta se esconder atrás dos Secretários e dos Vereadores da base. O senhor tem que vir aqui responder à população. Esse tipo de coisa não se faz. Porque essa é uma gestão centralizada, a gestão de privatização de tudo o que é possível e imaginável na cidade, tudo quer entregar para as entidades privadas. É uma decisão de gestão do Prefeito. Ele tem que aparecer aqui e responder a vocês.

Vou finalizar dizendo o seguinte: a lei já deixa nítido qual é a gestão da Casa de Cultura, é a gestão do Conselho Gestor, que tem uma pessoa de SMC, sete pessoas de artistas locais. Está ali composto o Conselho. Isso é o que está na lei. A lei coloca que quem inclusive faz a gestão é o Conselho Gestor. Isso é algo que é mais profundo até do que na Saúde e na Educação. Na Saúde e na Educação, há ali a gestão, mas, no caso da Cultura, a lei é clara: a lei é colocada que é o Conselho Municipal da Casa de Cultura.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigada, Luana. Tem a palavra a Sra. Lira Alli.

A SRA. LIRA ALLI – Oi. Meu nome é Lira. Eu sou dirigente do Sindsep, Sindicato dos Servidores Municipais, e eu queria fazer uma pergunta: “Por que existem servidores públicos”? Falaram que contratar servidor público gera burocracia. Agora, eu queria dizer que, se não fossem os servidores públicos, certas joias já estavam no bolso de certo genocidas.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. LIRA ALLI – Porque o servidor e a servidora pública, quando entram no serviço público, têm compromisso com a coisa pública, eles têm compromisso com a política pública. Isso que chamam de organizações da sociedade civil são empresas, que têm compromisso com o lucro e não com a vida, não com a Cultura, não com a Saúde e não com a Educação.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. LIRA ALLI – Se há recurso para sangrar os cofres da Prefeitura – que, aliás, dinheiro não falta na Prefeitura de São Paulo, a gente sabe muito bem – se há recurso para as

organizações sociais, tem que haver muito mais recurso para contratar servidor público, para fazer concurso e para investir em política pública, porque o que garante a Cultura é um processo demorado.

Não se faz cultura assim: “Ah, está. Tirei a cultura do bolso”. São anos, são décadas, são décadas em que grupos culturais, blocos de Carnaval, todas as expressões culturais estão ricas e que trazem tanta economia para o bolso da nossa cidade. Isso se constrói. Não é possível, com a rotatividade gigante de trabalhadores sem compromisso, sem capacidade e sem condições de se comprometer com a coisa pública, porque quando você é empregado de uma empresa privada ou uma organização social, você tem que responder o seu chefe. Se você diz “não”, você é demitido. Quando você é servidor público, você diz: “Eu tenho compromisso com a política pública e não aceito desvio, não aceito roubalheira”. O que acontece com as organizações sociais é isso, é máfia, é dinheiro entrando no bolso das pessoas e não fazendo a cultura popular acontecer.

Não à privatização.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Neyson Cezar.

O SR. NEYSON CEZAR – Oi, gente. Primeiro, bom dia, boa tarde, boa noite. Não sei mais nem que horas são.

Primeiro, gostaria de dizer que é um prazer estar aqui, finalmente, na presença da Secretária Aline Torres, sem ser arrastado por três ou quatro seguranças, porque foi isso que aconteceu comigo, quando, depois de um ano sem ela nos escutar.

Nós fomos até o Centro Cultural São Paulo, em um palanque que ela criou, chamado Premiação Prêmio Brasil. Chegamos lá e dissemos: “não à privatização”. E foi isso o que aconteceu comigo e com os nossos camaradas. Quem não sabe disso ainda vá lá no perfil do SOS Casas de Cultura. O nome disso é violência de Estado, o nome disso aqui é essas pessoas articuladas para defender privatização, e é privatização. Privatização do espaço público,

privatização das decisões que são tomadas nesse espaço.

Nós não somos burros, Aline Torres. Eu não preciso nem de colinha aqui, como você, para te dizer que 10% de aumento em oficina é uma porcaria. Há Casa de Cultura que vai ter cem horas de oficina por ano – e me fala: quantas oficinas são em cem horas? Eu sou burro? Fale-me quantas oficinas serão prestadas nessa Casa de Cultura com cem horas e com aumento de 10%, que são dez horas? Eu sou burro, Aline Torres? Fale-me qual que vai ser o avanço na programação dessas Casas de Cultura.

O Casarão, onde eu atuei como jovem monitor cultural, que é um espaço – anota o meu nome mesmo, querida: “Neyson Cezar” – é um espaço que, em junho do ano passado, fez 120 eventos voluntários, no aniversário de sete anos de Casa de Cultura. É um espaço que foi ocupação – não se esqueça disso – foi ocupação, um espaço que fez 120 eventos voluntários e apenas dez eventos contratados; e aí você me fala que a OS vai aumentar 50% na programação? Ela vai aumentar 50% de dez eventos ou de 120?

- Manifestações fora do microfone.

O SR. NEYSON CEZAR – Você fala que vai aumentar as equipes. Eu quero saber que aumento é esse.

Hoje, na Casa de Cultura Vila Guilherme, há 12 seguranças fazendo zeladoria daquele espaço. No edital, vai ser um por turno. Que matemática é essa? Que matemática é essa, Aline Torres? Eu sou burro?

A Secretaria Municipal de Cultura não tem condição de executar o orçamento. Eu estou esperando há três meses cair um fomento que era para ser executado no ano passado. Essa Secretaria, que não consegue executar o orçamento do ano passado, em março, de uma hora para outra, resolveu fazer os pagamentos nessa semana? Essa Secretaria tem capacidade de fazer a fiscalização de 170 milhões de reais?

E agora, eu quero perguntar aos nossos colegas coordenadores que estão aqui. Vocês estão ligados que, hoje, é um para cada Casa de Cultura. Vocês leram o edital e vocês viram que vai ser um por bloco? Significa que vocês perderam o emprego de vocês, meus

amigos.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Aurélio Prates.

O SR. AURÉLIO PRATES RODRIGUES – Bom dia, boa tarde às manas, às monas, aos manes, aos manos, a todos e a todos da Mesa também, porque eu saúdo a Mesa.

É um áudio muito baixo. Eu vou pedir muito silêncio para vocês escutarem. É uma Yalorixá chamada Mãe Sambaleci, filha de Oxum, do terreiro de Candomblé Angola, chamado Oxum Opará e Caboclo Ubirajara Peito de Aço.

Sra. Aline, a senhora passou em frente a esse terreiro, porque ele está em frente à futura Casa de Cultura da Cidade Ademar. Ouça o áudio que eu recebi na lotação, vindo para cá. Vamos ver se vocês escutam.

- Apresentação de áudio.

O SR. AURÉLIO PRATES RODRIGUES – Sobre as assinaturas, ela está falando da petição, que já tem sete mil assinaturas, falando da privatização das Casas de Cultura. Quando nós somos chamados de burro, que a gente não tem informação, eu gostaria de saber se a Sra. Aline Torres conhece o Plano Municipal de Cultura, suas vinte metas e as noventa e duas ações.

A meta número um – Sra. Aline Torres, Sra. Secretária Aline Torres e Prefeito Ricardo Nunes, o Vice que virou Prefeito – é financiamento, que caberia o Fundo Municipal de Arte e Cultura.

Dois é a reestruturação da Secretaria Municipal de Cultura, que implica em criar cargos, funções e abrir um concurso público, porque nós, trabalhadores da Cultura, queremos – embora não pareça, Sra. Aline Torres – a gente quer a saúde da Secretaria Municipal de Cultura. Sabe por que, Aline Torres? Porque a gente sabe que a saúde da Secretaria Municipal de Cultura implica na saúde dos nossos fazeres nos territórios periféricos.

A meta número três se diz como gestão participativa, em que caberia o Conselho Municipal de Cultura em formato deliberativo e não consultivo, como a senhora quer fazer, porque a gente sabe que o consultivo, a gente só olha, lê e não pode dizer a que se destina. Nós

estamos aqui para dizer o óbvio, que é defender a coisa pública, e é uma pena que, em uma cidade com quase cem bilhões, no orçamento, a gente tenha uma apresentação pífia como essa. Em dizer dos 34 bilhões de superávit, nós poderíamos ter 90 Casas de Cultura, 92, nos distritos da cidade.

E para finalizar, venho dizer que, quando o Ricardo Nunes diz que nós estamos em candidatura, eu – essa bicha que vos fala, Aurélio Prates Rodrigues, de Cidade Ademar e Pedreira – trabalhei no Natal Iluminado, Sra. Aline Torres, que você organizou com a Secretaria de Turismo. E aí, dizer que lá, no palco do Natal Iluminado, em dezembro do ano passado, no cerimonial, eu dava o texto, a Subprefeitura dizendo e agradecendo o Exmo. Deputado Federal Antonio Carlos Rodrigues, que deixou de ser deputado, em 2014. Ou seja: quem está em campanha somos nós ou eles, há muito tempo? E aos funcionários da Casa Civil – olá, Douglas, tudo bem? – uma boa tarde a todos.

Não à privatização das nossas Casas de Cultura.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Sérgio Lapaloma.

O SR. SÉRGIO LAPALOMA – Primeiro, assim, eu quero agradecer a todos, como sociedade civil. Parlamento, aqui, não tem muito o que agradecer, não. Começa assim.

Primeiro, assim, bem breve, porque senão o Jair já vai começar a falar: “acabou seu tempo”. Então assim...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Com três minutos, eu falo.

O SR. SÉRGIO LAPALOMA – Olha lá, já foi então, né? Já foi.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não, foram vinte segundos.

O SR. SÉRGIO LAPALOMA – Rapidinho, senão você vai atrapalhar o raciocínio. Obrigado. Só para escurecer as ideias, é Sérgio Lapaloma.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Lapaloma, perfeito. Foi assim que eu chamei.

O SR. SÉRGIO LAPALOMA – Você ficou engasgado aí, no sobrenome.

Só para escurecer: o Plano Municipal de Cultura foi executado nada até agora. Então,

é o seguinte: para esse pessoal que faz Cultura, na cidade de São Paulo, de fato, nós precisamos cobrar de quem está pondo nossa cultura, nossa arte em risco.

Privatização, não. O resto de tempo fica para o nosso Presidente.

Obrigado. (Palmas)

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Sérgio.

Tem a palavra o Sr. Ivo, da Casa de Cultura Municipal *hip hop* Sul, último inscrito.

Em seguida, os Parlamentares e a Secretária.

O SR. NEGRO RAULS IVO – Bom...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Permita-me, Ivo.

O Sr. Secretário Fabricio Cobra inverteu. Tinha anunciado que chegaria às 13h, veio às 10h e ele pediu, então o senhor está liberado. Muito obrigado pela presença, o senhor terá uma reunião com o Prefeito. Fica registrada a presença. Tenho certeza de que S.Exa., que cuida da articulação política desta Casa, ouviu a todos, todas e todes, vai refletir profundamente sobre tudo o que ouviu aqui.

Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos lá, Ivo.

O SR. NEGRO RAULS IVO – Bom, quero saudar a todos e também agradecer a oportunidade.

Eu sou da região do Capão Redondo. Sou gestor da Casa de Cultura Municipal *hip hop* Sul. Quero dizer também que, como diz o artigo 5º, eu tenho o direito de ir e vir. Então, eu estou aqui por livre e espontânea vontade, independente do que aconteça, independente do que aconteça, igual a alguns estão dizendo aí, de cargo, de algo. Isso aí não faz do meu plano. Meu plano é a cultura.

Então, a gente precisa aprender a dialogar e também a respeitar as ideias. A gente está aqui construindo uma ideia, entendeu? Então, a gente precisa ter o respeito, que tem que ser mútuo. Então, eu vim de livre e espontânea vontade. Não há pressão. A gente trabalha dentro

das Casas de Cultura e se doa. A gente quer o melhor e a gente quer entender o melhor plano para a cidade de São Paulo.

E aí, cabe a nós, dentro do nosso diálogo, como eu faço lá na Casa de Cultura municipal, reunião de coletivos – como muitos dizem aí, que não há as ocupações dentro da casa, podem ir lá na “bolinha do olho”. A gente está lá, para poder dialogar com vocês, dialogar com a rua e fazer a nossa cultura mais forte, só que a gente precisa também respeitar principalmente, independente da Mesa.

Há duas mulheres negras, aqui. Ontem foi o Dia Internacional da Mulher. A gente precisa respeitar e o respeito, na verdade, tem que escurecer um pouco mais. Então, a gente tem que saber agir, agir com inteligência e também ter o entendimento de como nós vamos lidar daqui para frente, não só dentro das Casas de Cultura, mas em todo Plano de Cultura Nacional.

Quero aqui também dizer que o *hip hop* faz 50 anos. A gente tem que construir a nossa caminhada dentro do *hip hop*.

Convido todos e todas, para finalizar, para o mês do *hip hop*, estar aí presente. A gente está construindo com todos. A gente está fazendo um trabalho maravilhoso dentro do *hip hop*, fazendo o *hip hop* ser mais forte, mais potente e mais veloz.

Então, dentro das Casas de Cultura, já está acontecendo o mês do *hip hop* e fica o convite também para a área de lazer da Água Espriada, 11 e 12, na abertura do mês do *hip hop*. Nós vamos fazer a festa o ano todo do *hip hop*, entendeu? É essa a minha fala. É artigo 5º da Constituição: “Direito de ir e vir”. Por isso que eu estou aqui.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

Anuncio, de forma, *on-line*, a presença da Deputada Federal Luciene Cavalcante.

Tem a palavra o nobre Vereador Professor Toninho Vespoli.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Então, queria saudar a todos, todas e todes. Em nome aqui do Jair e da Elaine, queria cumprimentar toda a Mesa. Há dez anos eu estou aqui na Câmara Municipal, Secretária Aline.

Secretária Aline, há dez anos eu estou aqui nesta Casa. Sinceridade, eu estou estarecido do que eu ouvi ali, porque é a primeira vez que uma secretária vem e admite a incompetência da Administração publicamente, de falar como estão as Casas de Cultura, inclusive a infraestrutura.

Agora sim, eu queria sinceridade em perguntar a todos. Aqui, eu estou falando tranquilamente. Quem me conhece sabe que eu trato as coisas tranquilamente, mas eu fiquei estarecido com que eu ouvi aqui. Então, assim, eu quero entender da Aline, quem é culpado, se é ela e, se não for ela, eu estou entendendo que V.Exa. está falando que o Ricardo Nunes é culpado das Casas de Cultura estarem assim.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – É isso o que eu estou entendendo, porque se está esse desastre todo, se está esse desastre todo, quem é culpado? É o gestor lá da Casa de Cultura? Claro que não. É o comissionado? Claro que não. Que é?

Então, assim, se não for V.Exa., V.Exa. está me falando que é o Prefeito. É isso que V.Exa. está me falando. Por quê? Por que não fez concurso público até agora? Por que não fez chamamento do concurso público? Por que só agora que vai colocar aí para privatização e terceirização, vai-se aumentar a verba da Casa de Cultura? Por que não fez esses investimentos antes para as Casas de Cultura?

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Então, a decisão, aqui, é política. Política, de terceirizar e acabar com o serviço direto. Agora, só pergunto para vocês: a terceirização, que aconteceu, por exemplo, no Pacaembu, eles estão processando a Prefeitura, por milhões, porque eles estão falando que têm prejuízo. A mesma coisa no parque Ibirapuera. O que está acontecendo com essas terceirizações e privatizações?

Tenho visitado unidades, escolas, Fabio Riva, e eu queria que o Governo também tomasse atitude disso. Há um monte de vaga de CEI, direto, vagas. Há servidores públicos com seis alunos. Aí você vai na terceirizada – não se terceirizada –mas também está sobrando vaga

lá, só que a terceirizada está recebendo dinheiro dos impostos do povo. E isso para trabalhar como? Com menos alunos, sendo que na rede direta tem vaga. É isso que é terceirização. É maracutaia! É pegar dinheiro do povo e jogar na mão de meia dúzia de empresa que, muitas vezes, tem relação política nesta Casa. Ou todo mundo não sabe disso? (Palmas). As pessoas não sabem disso ou aqui é um faz de conta?

Porque condenar, falar na Imprensa, o Deputado, inclusive, denuncia o próprio Prefeito com relações à máfia que têm com as CEIs conveniadas.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Concluindo, Vereador.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – E isso é o que eles querem ter na cidade de São Paulo. E vocês estão de parabéns, porque estão lutando contra tudo isso, a favor do nosso povo.

Parabéns a você, que tem um passado de luta pela Cultura. E vamos sempre lutar pela rede direta em todos os serviços.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Vereador Toninho. Luna, por favor. Vereadora Luna.

- Manifestação na plateia.

A SRA. LUNA ZARATTINI – Bom dia a todas, todos e todes.

Queria começar saudando os Vereadores presentes, mas queria, principalmente, saudar os movimentos de Cultura, a Articulação SS Casas de Cultura, que fazem a luta e a defesa da Cultura todos os dias na nossa cidade. (Palmas)

Eu me chamo Luna Zarattini, ainda não sou Vereadora, vou assumir daqui uma semana, pelo PT, na cidade de São Paulo. Queria dizer que podem contar comigo na defesa da Cultura. Sou mais uma na luta, com vocês da Cultura, na cidade.

Queria iniciar falando que a nossa audiência começou debatendo se a Secretária convidada, convocada. Mas, aqui, nós, como funcionários públicos, Parlamentares e gestores públicos, não temos apenas a necessidade de prestar contas, mas sim nós devemos prestar contas para a população e para a cidade.

Falamos também muito sobre a palavra “privatização”, mas a privatização não acontece da noite para o dia. A privatização acontece em etapas. E acontece em etapas porque, também, debatemos que a privatização não é só sobre a gratuidade, é sobre o caráter público. Estamos fazendo um debate aqui e defendendo para que as Casas de Cultura tenham participação popular; para que as Casas de Cultura sejam, de fato, públicas.

A gestão indireta vai atingir essa produção nas Casas de Cultura porque ela não vai ter a participação popular. E não vai ter a participação popular, pois quem vai gerir essas casas são empresas, como bem colocamos aqui.

Outra coisa muito curiosa é que se aumenta o orçamento, ou seja, a passagem de dinheiro para as Casas de Cultura no momento que há a participação de empresas, então, isso é muito estranho. Se já tinha esse dinheiro, por que não investiu?

Algo que também é mentira – e foi falado aqui – e, pessoal, temos de trabalhar com as verdades, por exemplo, para você colocar uma porta, para consertar uma coisa de pequeno porte, não precisa de licitação. Isso é feito de forma direta. Para se fazer a licitação é a partir de 75 mil. Acho que nenhuma porta custa mais do que 75 mil.

E terminando, acho que se o objetivo do edital – podemos até nos referir à Secretária, mas quero me referir à Prefeitura de São Paulo, quero me referir ao Prefeito Ricardo Nunes, porque os secretários representam esse projeto de privatização, esse projeto de retirada da população – então, me referindo ao Prefeito Ricardo Nunes, se o papel do edital era ouvir a população, então estamos ouvindo aqui. E estamos ouvindo nitidamente o que o movimento de Cultura, o que os gestores, o que as pessoas que estão nas Casas de Cultura querem.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Concluindo, por favor.

A SRA. LUNA ZARATTINI – Queremos gestão direta, queremos conselho gestor e queremos que tenha concurso público, porque sem isso, não há Casa de Cultura. Isso vai esvaziar a cultura na nossa cidade.

Muito obrigada. Contem comigo nessa luta (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Vereador Alfredinho...

desculpa... Deputado Federal Alfredinho.

O SR. ALFREDINHO – Foi uma honra ter sido Vereador, acho que ainda sou, estou licenciado, agora cumpro meu mandato em Brasília e venho acompanhando – viu, Elaine? – a audiência. Estou no aeroporto já, para voltar a São Paulo. Tenho visto a mobilização do pessoal da Cultura, quero parabenizar a todos. São bravos lutadores da Cultura. Parabéns por essa luta que, com certeza, espero terminarmos vitoriosos.

Não sei o que pensa o Governo Municipal. Todas as terceirizações que foram feitas, nenhuma deu certo.

Ontem mesmo estava vendo uma reportagem sobre a terceirização dos cemitérios, o primeiro dia dessa terceirização foi ontem. E ainda ontem foi um caos total, pessoas humildes que tiveram parentes falecidos e que, além de terem o custo cobrado mais caro, não estavam conseguindo ser atendidas, porque as empresas terceirizadas estão prestando um mau serviço. E outras que foram feitas lá para trás, ainda no Governo Dória.

Então, nenhuma deu certo, ainda assim o Governo insiste nesses projetos da terceirização. Entidades que se apresentam como filantrópicas, que não têm nada de filantropia, está mais para “pilantrópia”, para ganhar mais dinheiro e, pior, prestam mau serviço.

E as Casas de Cultura foram uma conquista do próprio movimento. Tive eu a honra de participar, inclusive, para que se trouxesse a cultura para tantos outros locais, descentralizando os espaços culturais na cidade. São Paulo é uma cidade gigante e esse movimento possibilitou que a cultura local pudesse ter participações mais ativas.

- Ruído na gravação. Transcrição prejudicada.

O SR. ALFREDINHO – Quero lamentar essa atitude... queria pessoalmente... E é uma iniciativa que não dará certo. Quero dizer a vocês que estou à disposição, apesar de estar em Brasília.

Estou voltando sempre às quintas-feiras, sendo que sexta, sábado e domingo estou por aí. Estou junto nessa luta com vocês. Aqui mesmo estou lutando para participar da Comissão de Cultura para poder, inclusive, ajudar mais a Cultura do nosso Estado, justamente nesse

momento que volta a existir o Ministério da Cultura, porque o Governo genocida do Bolsonaro acabou. Mas esse Ministério voltou a atuar. Estive lá essa semana e percebi muitas ideias, muitas propostas para serem colocadas em prática.

Era isso, muito obrigado. Parabéns a todos vocês e contem comigo. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Alfredinho.

Vereador Fabio Riva.

O SR. FABIO RIVA – Muito boa tarde a todos e a todas.

Primeiro, rapidamente, parabenizar o Vereador Jair, pela condução. Não é a primeira, nem vai ser a última, e nós já estamos um pouco mais calejados com as audiências públicas, com as discussões.

Mas, em primeiro lugar, Secretária Aline, a senhora tem sempre nosso respeito aqui. Independente das questões contrárias, tenho certeza que cada um que está aqui, entende a luta que, muitas vezes, é inglória para quem está do outro lado do balcão.

Porém, no diálogo perene com a sociedade, e nós já tivemos vários aqui, sendo que hoje estamos falando sobre a questão da Cultura na cidade, o respeito sempre tem de prevalecer. Então, quero dizer que a senhora sempre pode cuidar com o meu apoio. Todas as vezes que vier a essa Casa, tenho certeza que por parte das Vereadoras e dos Vereadores, e da população – que é a maior interessada – sempre vai haver esse respeito. Acho que é essa a importância de poder estar presente.

E minha fala é muito breve. Muito breve, pois gosto de fazer algumas analogias quando se fala em privatização, em concessão, em gestão compartilhada. Sou de movimento de moradia e, hoje, se temos possibilidade, e não é única e exclusivamente dessa gestão, mas que foi potencializada nesta Gestão, poderíamos também falar em terceirização, é o que nós colocamos no Programa Pode Entrar, no qual beneficiamos as entidades, as associações que se organizam para fazer aquilo que o Poder Público, muitas vezes, é incapaz.

E elas, da mesma forma que foi falado aqui sobre Constituição, sobre direitos – o direito à moradia, à cultura, à saúde, ao transporte –, entendo, por experiência própria, e alguns

programas são exemplo disso, que se a sociedade civil organizada, se vocês, movimento de Cultura, não se organizarem para que possamos fazer aquilo que, muitas vezes, o Poder Público é incapaz de fazer – e ouvi aqui ser falado em impessoalidade – é verdade, mas estamos apresentando um modelo. Um modelo que teve publicado o Edital de Consulta...

- Manifestação na plateia.

O SR. FABIO RIVA – De Consulta, durante 45 dias... pessoal... deixe eu só concluir.

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos ouvir o orador.

O SR. FABIO RIVA – Para que possamos avançar no processo. Estamos em uma audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Perfeito, vamos ouvir.

O SR. FABIO RIVA – Automaticamente, quando se faz um Consulta Pública é o que vai dar condições da Prefeitura, e a Secretaria de Cultura, lançar o edital.

Hoje, pelo que entendi, já existiram essas consultas e já tiveram essas contribuições.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FABIO RIVA – Aí é outro ponto que acho ser importante nós avançarmos. Pessoal, aqui ninguém vai fazer nada que não for de forma transparente. Acreditem ou não.

- Manifestação na plateia.

O SR. FABIO RIVA – Não estou aqui para convencer quem já está convencido. Não estou aqui para convencer quem já está convencido, estou aqui para colocar o meu ponto de vista daquilo que a Secretária – e competente – Aline tem feito na Secretaria.

A questão da Cultura – e sofro por isso –, pois a Aline é minha amiga, lá de Pirituba, e isso é verdade, porque eu também sou da periferia.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos ouvir, por favor.

O SR. FABIO RIVA – E nós... por favor! E nós sofremos porque não temos uma Casa de Cultura em Pirituba.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Esse é o Líder do Governo. Estamos ouvindo o Governo.

O SR. FABIO RIVA – Ou seja, e isso já começa, para que possamos, através de uma metodologia, de um novo conceito, cada vez, queremos procurar melhorar e dar condições, principalmente, para vocês que são artistas, no sentido de desburocratizar.

E outra coisa, aí eu finalizo minha fala.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FABIO RIVA – Fico muito triste, Presidente Jair, estou usando, inclusive, a fala do Secretário Fabrício, respondendo um pouco pelo Governo. Fico muito triste quando se fala de associações, de organizações, que lesam o recurso público.

Eu faço parte de uma associação e vocês recebem também recursos públicos. E vocês também têm de defender que o recurso público passado para vocês é fiscalizado. Precisamos prestar contas.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FABIO RIVA – Como não? Vocês são artistas e recebem.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclui para mim, Líder.

O SR. FABIO RIVA – Vocês têm convênios!

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Líder, conclua.

O SR. FABIO RIVA – Isso aqui é um passo que estamos dando. Tem meu apoio, Secretária Aline! E não estou aqui para convencer quem já está convencido. Vou lutar, sim, por Cultura, porque a Cultura não é de vocês. A Cultura é da cidade de São Paulo. Obrigado, Sr. Presidente.

- Manifestação na plateia. (Vaias)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. O.K.

- Manifestação na plateia.

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO – Obrigada, pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Perfeito.

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO – Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Me permita, Vereadora Elaine.

Vereador Rodrigo Goulart chegou. Tem a palavra por três minutos. Depois darei explicação sobre o estouro de tempo.

O SR. RODRIGO GOULART – Boa tarde a todos, Vereador Jair. Cumprimento a Mesa em nome da Vereadora Elaine, em nome da Secretária Aline, da Vereadora Luna. Saúdo todos os Coletivos, todo o público presente.

Acompanhei a audiência não só presencialmente, mas também dividindo com os atendimentos em meu Gabinete, ouvi a fala da grande maioria, todos pedindo o que todos querem: a transparência, maior participação nas decisões, melhor gestão de tudo que temos na Cultura. Tudo isso é muito democrático, muito válido, por isso estamos fazendo essa audiência.

Tive oportunidade de participar da Comissão de Finanças, durante todo meu primeiro mandato, quatro anos. Nós sempre buscando melhor eficiência do gasto público, do dinheiro público, também buscando a transparência e, principalmente, a melhoria dos serviços.

Acho que toda essa discussão é importante. Que possamos, aqui, independentemente de ser Oposição ou ser Base, devemos buscar tudo isso que todos aqui falaram. Respeito muito a posição de cada um. A Secretária Aline conhece minha posição e meu apoio...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RODRIGO GOULART – ...às diversas medidas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Pessoal, vamos ouvir o Vereador.

O SR. RODRIGO GOULART – Pessoal, todos vocês já falaram. Agora deixem a gente falar também.

Então, continuando, a Secretária Aline sabe do nosso posicionamento, independente da questão da Base. Ontem, estava conversando com outros Vereadores, aqui, não só ser Oposição ou ser Situação, apenas por ser.

Portanto, cumprimento a Secretária Aline e toda a equipe da Cultura que está presente.

Diversas demandas que eu apresentei, fui atendido, e espero que sejam também atendidos os que aqui demandaram, inclusive, na questão da criação da tão esperada Casa de Cultura da Cidade Ademar. Aliás, que tanto o Vereador Jair, como tantos outros, trabalharam muito por ela. Trabalharam junto conosco nessa conquista. Já foram iniciadas as obras.

Que possamos, então, ter uma melhor gestão, uma gestão mais transparente e que seja o melhor modelo, e se for esse da Gestão Compartilhada, que a Secretária Aline e que o Governo Ricardo Nunes apresentou, contem com nosso apoio.

- Manifestação na plateia.

(Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos ouvir o Vereador, depois, vocês podem se manifestar.

O SR. RODRIGO GOULART – Se tivermos que ampliar, ainda mais, essa discussão, que façamos com que a participação popular seja ainda mais válida, não só nessa, mas também em todas as demais discussões.

Então, Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. pela condução dessa audiência. Fui membro da Comissão de Finanças, enquanto V.Exa. foi Presidente por algumas vezes e, sempre, a questão da Sub-relatoria foi válida, com todos os Secretários de Cultura que passaram.

Infelizmente, tínhamos sempre a questão do valor empenhado, era o previsto para o valor empenhado, com diferença muito grande, mas, tenho certeza, que a Secretária Aline tem olhado isso. Temos cobrado muito ela também.

Parabenizar novamente a condução do Vereador Jair Tatto e também a Secretária Aline.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereador Rodrigo Goulart.

Tem a palavra a Vereadora que esteve conosco, presidindo a Subcomissão de

Cultura, que está me ajudando também aqui, ajudando não, presidindo juntamente comigo, Vereadora Elaine, com a palavra.

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO – Obrigado, Vereador Tatto. Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vereadora, só um instante. Permita-me. O Deputado tinha me pedido a palavra, representando a Deputada Mônica Seixas.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não, eu já anunciei a Luciene.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Agora não consigo mais. Não há possibilidade. Me avisaram agora que ela queria fazer o uso da palavra.

O SR. FERNANDO FERRARI – Gente, boa tarde, sou Fernando Ferrari. Sou Co-deputado Estadual no mandato coletivo, que é o Mandato Ativista da Assembleia. Sou o primeiro Co-deputado eleito, das quebradas.

Antes de ser Deputado Estadual, ajudei a construir muitas políticas públicas, inclusive de descentralizar as riquezas dos nossos suores, como trabalhadores da Cultura, para a Secretaria Municipal de Cultura.

Conseguimos descentralizar mais de 200 milhões de reais para a Secretaria Municipal de Cultura, em lutas permanentes com construções coletivas, desde a Conferência Municipal de Cultura. Quando a gente fala de construção coletiva, isso se chama democracia participativa. Nos nossos vários territórios periféricos, com os esforços de trabalhadores e trabalhadoras, a gente fez uma luta muito árdua e muito grande.

Primeiramente, para descentralizar a riqueza para os nossos territórios com o programa de Fomento à Cultura da Periferia e, depois, uma luta contínua pelas Casas de Cultura, quando as Casas de Cultura foram devolvidas para a Secretaria Municipal de Cultura, inclusive com a reabertura de novas. Além disso, também há a questão dos espaços ocupados, que eram espaços de gestão comunitária.

Então, não dá para falar de democracia na cidade de São Paulo sem consultar os trabalhadores da Cultura. Não dá para se falar de terceirização ou qualquer tipo de privatização da Cultura sem discutir com os movimentos culturais, que atuam desde a Conferência Municipal de Cultura.

Aos amigos da Secretária Aline, nós não somos contra. Inclusive é importante que eles entendam também que democracia se constrói na prática e não apenas vindo aqui para servir de apoio à Secretária. Democracia se constrói como a gente fez na Conferência Municipal de Cultura, gastando tempo das nossas vidas; inclusive, algumas pessoas que andavam com a gente morreram de verdade, física e espiritualmente. Democracia, portanto, se faz na prática. Aos Vereadores que estão aqui, é bom que saibam que isso é democracia, e ela se constrói na prática.

Parabéns para quem está aqui, hoje, construindo essa luta paulista na prática. Que o orçamento público de 3% seja uma realidade nas discussões da LOA deste ano e que a Secretária saia daqui hoje com o compromisso de destinar 6% para estruturar a Secretaria, porque a gente sabe da dificuldade que ela está enfrentando com a falta de funcionário. Que a Secretária saia daqui, hoje, com uma estratégia, para este e para o próximo ano, de percentual de 3%, sendo metade para a periferia.

Essa é a pauta histórica dos movimentos e nós vamos cobrar.
(Palmas)

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO – Obrigada, Fernando.

Boa tarde.

Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar a Dona Edite, uma pessoa que sempre nos emociona e, em seu nome, saudar todos os demais munícipes, sempre presentes, para quem eu tenho precisado pedir desculpas em quase todas as audiências pelo comportamento de alguns parlamentares, que usam de tática para desestabilizar e tirar o foco do debate.

Gostaria também de cumprimentar a Rosa Falconi, uma funcionária pública de carreira, aposentada, que dedicou sua vida inteira à Secretaria Municipal de Cultura e, em seu

nome, saudar todos os funcionários públicos dessa Secretaria, inclusive os que estão aqui hoje, a quem nós sempre respeitamos em todas as audiências das quais eles participaram. A gente sabe que eles seguram muito as pontas, porque não é de hoje que a gente denuncia o sucateamento que existe na Secretaria de Cultura.

Eu gostaria ainda de desfazer um imbróglio sobre algo que eu tenho ouvido ultimamente e que hoje foi citado por uma Vereadora e uma pessoa da plateia: a história de que aqui existe duas mulheres pretas rivalizando.

Primeiramente, as mulheres vão ocupar os espaços de poder e elas precisam ser respeitadas por isso, independentemente de suas posições. O nosso questionamento não é contra a pessoa da Secretária Aline Torres, que precisa ser respeitada. Inclusive, eu comecei na Subcomissão de Cultura há dois anos, quando a Aline ainda não Secretária, e eu já fazia os mesmos questionamentos. A reestruturação das Casas de Cultura é uma demanda que vem de anos, muito antes de eu pisar na Câmara Municipal e muito antes de a Aline ser Secretária. Portanto, a gente precisa entender que o foco do debate são as Casas de Cultura.

A terceira coisa que eu quero falar é que não existe uma questão semântica; o problema que os trabalhadores da Cultura estão trazendo não é se o modelo vai ser privatização, terceirização ou cooperação. Não é essa questão. A questão que está sendo trazida aqui é a lei que rege as Casas de Cultura e como isso vai ser é respeitado.

Rapidamente, eu quero traçar uma linha do tempo, porque a Aline, com razão, fez uma observação. Se eu não me engano, ela esteve aqui em dois momentos para falar de Cultura. Foram duas audiências de discussão do orçamento geral da cidade. Historicamente, a Comissão de Finanças faz audiências temáticas, inclusive da Cultura, e, nesses dois momentos, a Aline esteve presente. Mas o que as pessoas estão falando, aqui, é que nas audiências e reuniões da Subcomissão de Cultura que a gente promoveu em toda a cidade, inclusive nas externas, a Secretária Aline nunca esteve presente, apesar de sua presença sempre ter sido solicitada. Já os funcionários da Secretaria Municipal de Cultura estiveram presentes em quase todas, muitas vezes com dificuldade para conseguir explicar dados e algumas informações que não se

confirmavam.

Em 16 de fevereiro de 2022, a *Folha* publicou uma matéria sobre a privatização das Casas de Cultura, que elas seriam privatizadas. Como a gente não tinha nenhuma informação sobre isso, a gente enviou um requerimento à Secretaria e, no dia 7 de abril, a gente fez uma audiência pública nesta Casa, que contou com a presença do Secretário Fabrício Cobra – que infelizmente teve que sair –, quando ele afirmou categoricamente que não havia absolutamente nenhum estudo da Secretaria apontando para a terceirização das Casas de Cultura. Ele afirmou isso categoricamente; inclusive a representante Secretaria, naquele momento, informou a esta Casa que, se houvesse alguma mudança nesse panorama, nós seríamos informados, e a gente ia fazer essa discussão nesta Casa.

A consulta pública foi lançada no finalzinho do ano passado, no dia 15 de dezembro, quando esta Casa estava prestes a entrar em recesso. Portanto, nós não fomos informados e, naquele momento, a gente não tinha capacidade de fazer uma audiência pública para discutir nem fazer uma consulta pública.

Eu queria esclarecer alguns pontos, mas, antes disso, eu queria fazer uma observação ao Vereador Riva. V.Exa. me conhece há dois anos, desde que trabalhamos juntos, sempre com respeito o tempo inteiro. Não foi esta Casa e, sim, os trabalhadores da Cultura que criaram a Subcomissão de Cultura, e eles estão há muito tempo fazendo esse debate.

Então, sim, os trabalhadores da Cultura estão aqui em defesa da Secretaria Municipal de Cultura. Há dois anos, antes de a Aline ser Secretária, a gente enviou vários dossiês e documentos explicando como a Secretaria de Cultura estava desestruturada. Por vezes, a presença dos funcionários da Secretaria causava angústia, porque era visível até fisicamente o quanto esses funcionários estavam extremamente esgotados, o quanto eles não tinham resposta. Infelizmente, em uma dessas audiências, a gente ouviu que não precisaria de reestruturação, mas eu tenho certeza de que a Secretária mudou de opinião – inclusive, já falou sobre isso –, porque é necessária. Independentemente do que vai acontecer daqui para frente, é inadmissível o estado em que se encontra a Secretaria Municipal de Cultura. Isso é

inquestionável e não tem a ver com problemas pessoais que qualquer Vereador tenha com qualquer Secretário.

Eu queria fazer também algumas perguntas, porque eu não entendi alguns pontos. A gente recebeu um requerimento de resposta informando que as Casas de Cultura estavam recebendo mais ou menos 63 mil reais por mês para a gestão, apesar de a Secretária ter falado em 30 mil e que aumentaria para 140 mil por ano. Essa é a primeira questão que eu gostaria de esclarecer e gostaria de entender qual é o impedimento para ser fazer esse acréscimo de recursos destinados às Casas de Cultura neste momento, enquanto ainda são Casas de Cultura diretas. A segunda questão é sobre o MROSC, também muito falada aqui, porque ele não determina quais equipamentos públicos devem fazer parceiras e, sim, regula as que pretendem fazer. Porém, se uma gestão quer fazer parceria, essa é uma decisão do Prefeito Ricardo Nunes, não do MROSC.

Eu gostaria também de aproveitar a presença do Líder do Governo, Vereador Riva, para esclarecer ainda uma terceira questão. O edital fala em gestão compartilhada, mas eu não consigo identificar a divisão objetiva dessa gestão quando ela é apontada, onde está a participação da Administração Pública, onde está o limite da participação dessas organizações.

Como eu não consegui entender o edital, eu queria que a Secretária explicasse qual o requisito de experiência em gestão artística e cultural para que as organizações façam a gestão das Casas de Cultura, já que é uma gestão absolutamente específica.

Além disso, eu também não vejo nenhuma prerrogativa de que a entidade comprove qualquer tipo de vínculo com o território – e esta é exatamente a função das Casas de Cultura: manter o vínculo com o território –, qual é o vínculo dessa organização com o território. Sobre a escolha dos gestores e funcionários contratados, eu também tenho dúvida. O Município de São Paulo tem a Lei de Cotas, que reserva a 20% dos contratados, negros e negras, pretos e pretas, vagas para trabalharem nas Casas de Cultura, mas eu não consigo enxergar como isso pode e vai ser respeitado nessas contratações.

Outra coisa é que o termo de colaboração prevê que a OSC possa alugar o espaço

da Casa de Cultura. Eu queria entender essa renda extra, como é utilizada, quem fiscaliza e como isso é feito, porque a gente precisa garantir também que os coletivos possam utilizar o espaço da Casa de Cultura e não os ocupar com aluguéis, já que, algumas vezes, esses são espaços públicos.

Eram esses os questionamentos mais importantes. Mais uma vez, eu gostaria de agradecer a todas as pessoas a presença e pedir esses esclarecimentos à Secretária. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereadora Elaine.

Como eu permiti que o Líder do Governo usasse um pouco mais de tempo, também o fiz para a Vereadora Elaine, que conduziu a Subcomissão de Cultura com tamanha grandeza e capacidade, cuja continuidade do funcionamento é um desafio que está nas mãos de vocês, uma vez que a Elaine não está.

Fica prejudicada a fala da ex-Vereadora, atual Deputada Federal Juliana Cardoso, pois, infelizmente, não há mais tempo. Vereador Rinaldi, me perdoe pela falta de tempo; nós teremos que entregar o salão.

Quanto à minha posição, ela é contrária a quaisquer desses modelos, seja privatização, seja PPP, seja compartilhamento. Esse é o primeiro ponto.

O segundo plano é sobre a minha tarefa como Presidente desta Comissão. Já são três as subcomissões instaladas dentro da Comissão de Orçamento e Finanças. Se nos procuram é porque ela está sendo conduzida de maneira saudável. Temos a Subcomissão de Juventude, a Subcomissão de Cultura e a Subcomissão da Tarifa Zero; outras nos procuram, mas nós não conseguimos instalar mais Subcomissões.

Como mediador, eu procurei ouvir o Governo. A Secretária, como combinado, vai falar por dez minutos, e eu vou pedir a todos vocês ouvirem atentamente, assim como eu vou fazer. Hoje foi um grande passo. Quero parabenizar todos os Parlamentares; o Secretário Fabrício; a Secretária Aline e o Vereador Riva, Líder do Governo.

Cultura é arte, é vida, é emoção. Apesar de nós tratarmos todos os temas da Casa na Comissão de Finanças, eu gosto particularmente deste tema. A Comissão de Finanças trata

de todos os temas da Casa e me dá muita alegria ver a disposição de todos vocês em relação à arte, à vida. Quando a gente olha para vocês, a gente vê a periferia de São Paulo, e é como se eu estivesse lá. Vocês me permitam dizer isso, porque eu estou nos quatro cantos da cidade de São Paulo.

Agora, então, nós vamos ouvir atentamente a fala da Secretária, porque hoje não é o fim e, sim, o começo de uma luta, já que nós conseguimos uma audiência. Sendo um pouco provocativo, a Secretária compareceu imediatamente. Das quatro datas, ela veio logo na primeira. Estamos felizes por um lado; pelo outro, preocupados se esta audiência pública se deu rápido para que esse edital fosse solto rapidamente.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu desejo que o edital não passe. Por isso, eu volto a dizer a vocês que hoje nós começamos um processo. Existe a rua, existe o respeito devido – e vocês são respeitosos – a quem está à frente da Secretaria.

Na gestão do Prefeito Haddad, aqui, em frente, ficaram dez mil pessoas lutando por moradia. Eu lamento, hoje, não terem vindo 10, 15 mil pessoas. A gente também tem que fazer autocrítica. As ruas estão aí, e esta Casa está aberta a vocês. Se vocês concordarem, nós estamos começando a grande luta contra o modelo de parceria, de PPP ou de compartilhamento.

Meu último pedido é que todos vocês ouçam atentamente a fala da Secretária e o Governo. Obviamente, como condutor, eu não resisti a dar a minha opinião, apesar de eu ter que controlar as partes. O meu papel é, às vezes, interromper algumas falas; na verdade, acelerá-las, acertar o tempo, o horário.

Eu gostaria de agradecer a participação aos Vereadores e Vereadoras, pois eu nunca vi uma participação tão grande.

Bruna, a partir do dia 15, juntamente com a Vereadora Elaine, você tem um desafio pela frente. A Comissão Esporte, Educação e Cultura desta Casa estará com uma representação extraordinária.

Obrigado a todos e a todas. Agora nós queremos ouvir a querida Secretária Aline

Torres.

A SRA. ALINE NASCIMENTO BARROSO TORRES – Muito obrigada a todos e a todos.

Primeiramente, eu saúdo o Presidente Jair Tatto pela condução dos trabalhos e agradeço-lhe o convite. Quero também saudar todos os Parlamentares da Comissão que estiveram presentes e a Vereadora Elaine, a quem agradeço os questionamentos técnicos. É esta a ideia de construção conjunta: o Executivo, a sociedade civil e esta Casa, que já andam de mãos dadas e cada vez poderão andar mais ainda.

Eu anotei alguns pontos; não entendi outros. Mas vamos dialogar.

Sobre o primeiro item, a questão dos valores. Essa informação que você recebeu é do valor global e o que nós mostramos na apresentação é que o item de contratação artística aumenta para 45 mil reais. O custo anual das Casas de programação, de contratação artística, hoje, é de 8 milhões e passa para 13 milhões. Há o custo global que entra ali: segurança, limpeza, etc. Por isso esse valor diferente. O que eu acrescentei na apresentação é o que vai diretamente para a ponta, que é a contratação artística.

Sobre o item que versa sobre a OSC poder fazer cessão de espaço e cobrar por isso, essa informação não consta do edital. O que a OSC que pode fazer é o que a Casa tem por vocação: administrar a cessão de espaço e não pode cobrar por isso.

Sobre a Lei de Cotas – o item h.3 do edital versa justamente sobre as contratações, que devem considerar a Lei Municipal 16.340 e o Estatuto da Igualdade Racial. Então, está previsto no edital.

Manter o veículo no território. Como isso vai acontecer? Eu citei um item, esse personagem que é o articulador territorial.

Em algum momento, na apresentação, eu disse também que foram feitos estudos de levantamentos de quantas OSCs, de quantas entidades de Cultura tem em cada território. Há nas macrorregiões. Esse levantamento foi feito. E, aí, a ideia é justamente para fortalecer entidades pequenas. Então, essas entidades já estão dentro da macrorregião onde ficam as

Casas de Cultura, e esse articulador territorial tem de ser do território, justamente para fortalecer a programação do território; fazer parcerias com os outros laços do território.

Outra pergunta, que foi a da pontuação. Para a pontuação, a gente também tem um item no edital que vai de zero a dez. Então, como que a gente valida isso? Há os critérios de quanto maior o currículo dessa OSC em atividades cultural e artística, ela vai conseguir comprovar a atuação artística dela. Então, esses itens vão de zero a dez e quem tiver a maior pontuação, onde o máximo é 40, são as OSCs que serão atendidas.

Qual que era o limite da gestão compartilhada entre a gestão? A gente colocou aqui, também na apresentação e isso também consta no edital, esse plano de trabalho. Então, a formulação de políticas públicas continua da Secretaria; a curadoria dos artistas continua com a aprovação da Secretaria. A OSC tem, ali, a formulação de gerenciamento de todo esse serviço e o facilitador da contratação. É, sim, um item importante, porque nós temos como objetivo principal de formulação de políticas públicas da Secretaria como um todo contratar e fazer formação com artistas periféricos. E nós temos o conhecimento que, infelizmente, só os artistas que têm shows a todo momento que têm as três notas dentro de um período de um ano para conseguirem ser contratados.

Depois que nós aderimos à nova Lei de Licitação, nós diminuimos muito mais o número de contratação desses artistas e isso faz – com a facilitadora dessa OSC, com o formato de contratação dela – com que não precisemos entrar na regra da licitação. Então, a gente consegue contratar esses artistas periféricos e os artistas que não têm essas notas fiscais. Esses limites estão descritos em plano de trabalho. E assim, gente, todas dúvidas que tenham sobre o plano de trabalho, sobre o edital, por mais que ele tenha ficado em consulta pública, a gente consegue receber isso por *e-mail* através da Secretaria.

A sociedade civil tem esse direito de mandar essas informações. Obrigada, Vereadora, por você ter ressaltado a questão de que eu compareci às convocações das audiências públicas. As subcomissões de Cultura, eu entendo, realmente, que as presenças do Secretário e da Secretária, no meu caso, é de extrema importância, mas tiveram pessoas da

Secretaria representando a Secretaria, e acho... Não sei quais foram as dúvidas que esses funcionários tiveram, porque são os funcionários que lidam com isso no dia a dia e têm todas as informações tanto quanto eu. Então, imagino que eles conseguiram, sim, passar essas informações e esclarecer. Talvez... É que a comunicação é algo complexo, é difícil mesmo. Mas a gente está aqui para conseguir estreitar, cada vez mais, essa relação.

Então, há dois itens que eu acho que são importantes. Alguém aqui, eu acho que foi o Alessandro e não sei se ele está presente ainda, que disse que a Secretaria Municipal de Cultura não fez recurso algum para a Lei Aldir Blanc. No total, a Secretaria Municipal de Cultura da cidade de São Paulo teve 90 milhões 745 reais, sendo desses 90, 20 milhões de recurso direto da Secretaria para complementar a Lei Aldir Blanc. Então, teve, sim, um investimento. Ele falou que teve zero dinheiro da Administração direta, que veio só o recurso do Governo Federal e que a Secretaria não se preocupou em fortalecer os artistas nesse momento. Então, houve. Eu entendo toda essa falta de informação. E eu não estou chamando, aqui, ninguém de burro. Não é isso. Eu estou querendo dizer, como foram diversas falas nesse sentido, que toda mudança dá um pouco de insegurança, porque a gente não sabe o que vai acontecer.

E, aí, não adianta ficar... Então, toda mudança dá realmente uma insegurança, porque, no todo, a gente não sabe o que vai acontecer, por isso que nós tentamos fazer uma audiência pública no começo do ano – que foi no Centro Cultural São Paulo –, e que a gente não conseguiu fazer essa audiência pública para apresentar. Mas o projeto foi colocado em consulta pública justamente para a gente receber essas dúvidas e as informações, para que tivéssemos tempo de alterar a formulação do edital caso as informações fizessem sentido. E há uma troca para isso. A Secretaria de Cultura está lá. Nós, a equipe como um todo.

Eu recebo diversas pessoas. O Prefeito recebe coletivos, ele recebe todo mundo. Enfim, ele recebe todo mundo. Ele acabou de receber um coletivo. O Pirata estava nessa reunião, por sinal, representando o movimento de rua. Enfim, então não dá para dizer que ele não recebe. E eu também.

Mas a gente precisa entender que os termos estão sendo colocados de maneira

errônea. Nós não estamos fazendo privatização. E é, sim, um processo de cogestão. Hoje, a insegurança pode ser dolorida, mas é um processo muito eficaz para a sociedade. Se não fosse esse modelo, nós não teríamos o Jovem Monitor na Cultura. Nós não teríamos a EMIA na Cultura. Então, esses modelos, além de eles serem validados em diversos lugares... Entendo, alguém aqui citou que teve problema nas Fábricas de Cultura. Gente, problema tem dentro da nossa casa. Problemas são o dia a dia. A gente precisa é arrumar. O que eu estou falando, com isso, é que todo modelo pode ser ajustado.

Vereador, eu não sei se você tem a versão final do edital. A versão final do edital diz que foi colocado em consulta pública. Ele foi colocado em consulta pública.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Esse que é o desafio: a versão final do edital.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Desculpa.

Eu perguntei em que parte do edital está dizendo que não pode cobrar e também, porque a gente não tem essa versão. Ela está dizendo que tem uma nova versão. A gente não tem. E esse levantamento, que ela fala, também a gente não tem acesso, se ela pode...

A SRA. ALINE NASCIMENTO BARROSO TORRES – Bem, para dar o encerramento, eu estava querendo dizer que é justamente isso. É um modelo de sucesso.

É um modelo que proporcionou que a gente conseguisse fazer a expansão na Secretaria. Confirmando, aqui, a informação da Vereadora, a gente pode mandar para cá, para a Casa, Presidente Jair Tatto, o edital, o texto, para que seja divulgado, porque ele vai ser publicado em breve. Então, todos terão acesso a ele através da internet. Mas, de fato, não tem, a OSC não pode fazer cobrança de cessão de espaço. Os serviços continuam gratuitos. Por sinal, todos os programas da Secretaria continuam dentro das Casas de Cultura. As mudanças podem não parecer agora, com a gente falando, mas elas são, de fato, para melhor.

Então, eu quero agradecer aqui, realmente, a presença tão forte da sociedade civil de Cultura e dos Vereadores que estiveram presentes. Isso mostra o quanto a pauta da Cultura é, de fato, importante para a sociedade e contem, de verdade, com esse time que está aqui, na Secretaria. *Fake news* é dizer que é privatização, quando não é.

- Manifestações na galeria, fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu vou pedir a versão final do edital. Deixe-me compreender: existe um edital pronto que não está ainda – eu uso um termo – “na praça”.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Okay. Muito bem.

Essa versão chega hoje para a Comissão de Orçamento e Finanças e chega para a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, *okay?*

Então, fica disponível hoje, Secretária, a versão final do edital. E certamente, o que nós pedimos aqui, aí eu me incluo, majoritariamente é que não existisse nenhum edital para tal, O.K. Já que existe, nós vamos debater para que ele passe a não existir, permita a minha sinceridade. (Palmas)

Nada mais a tratar, obrigado, Secretária. Obrigado, Vereadores e Vereadoras.

Obrigado a todas, todos e todes.

Estão encerrados os nossos trabalhos.